



Conselho
Federal de
Psicologia

REVISTA

PLURAL

Psicologia e Relações Étnico-Raciais

ANO 08 | N.º 10 | FLORIANÓPOLIS, SC
DEZEMBRO 2025 | ISSN: 2595-6191

Expediente

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 12ª REGIÃO (CRP-12)

SEDE

Rua Prof. Bayer Filho, 110, Coqueiros,
Florianópolis, SC, CEP: 88080-300

SUBSEDES

OESTE | Av. Porto Alegre, 427-D,
Ed. Lázio Executivo, Sala 802,
Centro, Chapecó, SC, CEP: 89802-130

SUL | Rua Henrique Lage, 267, 2º andar,
sala 201, Ed. João Benedet,
Centro, Criciúma, SC, CEP: 88801-010

NORTE | Rua Mário Lobo, 61, Sala 905/906,
Centro, Joinville, SC, CEP: 89201-330

XII PLENÁRIO (2025-2028)

DIRETORIA

Rafael Frasson
Conselheiro-presidente - CRP-12/05590

Simone Ciotta
Conselheira vice-presidente - CRP-12/01515

Janaina Henrique
Conselheira-tesoureira - CRP-12/05625

Rafael Werres Leitão
Conselheiro-secretário - CRP-12/21413

CONSELHEIRAS(OS)

Adriano Schlosser - CRP-12/10898
Alesson Junior Gomes - CRP-12/15709
Ana Célia Alhadeff Sampaio - CRP-12/06504
André Melquezedeck Heck Silva - CRP-12/15128
Andréa Duarte Pesca - CRP-12/02714
Arlete Felizardo Paludo - CRP-12/13776
Carla Giovana Dagostin - CRP-12/00772
Edson Pilger Dias Sbeghen - CRP-12/14342
Fernanda de Souza Quadros - CRP-12/06598
Fredy Richard Eichstaedt - CRP-12/07998
Geane Rosa - CRP-12/22325
Geise Presa - CRP-12/03205
Jamir Sardá Júnior - CRP-12/01554
Karen Regina Niebuhr - CRP-12/00091
Keit Krelling - CRP-12/07099
Lana Kelly Santos Baêta - CRP-12/21885
Maria Antonieta Brito Beck - CRP-12/01296
Matias Trevisol - CRP-12/11031
Nei Marino Reis - CRP-12/03713
Paulo Roberto Bernardo e Silva - CRP-12/23193
Pedro Augusto Croce Carlotto - CRP-12/11068
Rachel Schlindwein Zanini - CRP-12/02089
Rita Cardoso Wolff - CRP-12/12192
Sandra Regina da Silva Coimbra - CRP-12/00448
Theo Ceccato - CRP-12/19001
Vanessa de Andrade Manoel Fernandes - CRP-12/09611

REVISTA DO CRP-12

Publicação do Conselho Regional de Psicologia - Santa
Catarina (CRP-12)

APOIO

Conselho Federal de Psicologia

COMISSÃO EDITORIAL DO CRP-12

Jamir Sardá Júnior (CRP-12/01554)
Adriano Schlosser (CRP-12/10898)
Edson Pilger Dias Sbeghen (CRP-12/14342)
André Melquezedeck Heck Silva (CRP-12/15128)
Pedro Augusto Croce Carlotto (CRP-12/11068)
Andréa Duarte Pesca (CRP-12/02714)

EDITORES

Jamir Sardá Júnior (CRP-12/01554)
Pedro Augusto Croce Carlotto (CRP-12/11068)

CAPA, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Luísa Inácio Lourensi
Alana Aragão Avila
Agência Lê Magu



Envie sugestões de temas para
revistaplural@crpsc.org.br



No dia 26 de setembro, no Hotel Castelmar, em Florianópolis, ocorreu a solenidade de posse do XII Plenário do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP-12). Na ocasião, tomaram posse as 30 novas conselheiras e conselheiros que estarão à frente da autarquia no triênio 2025-2028. Os representantes foram eleitos por meio das Eleições do Sistema Conselhos, realizadas em agosto de 2025.



Conheça a composição do XII Plenário do CRP-12 (Gestão 2025-2028):

Adriano Schlosser – CRP-12/10898
Alesson Junior Gomes – CRP-12/15709
Ana Célia Alhadeff Sampaio – CRP-12/06504
André Melquezedek Heck Silva – CRP-12/15128
Andréa Duarte Pesca – CRP-12/02714
Arlete Felizardo Paludo – CRP-12/13776
Carla Giovana Dagostin – CRP-12/00772
Edson Pilger Dias Sbeghen – CRP-12/14342
Fernanda de Souza Quadros – CRP-12/06598
Fredy Richard Eichstaedt – CRP-12/07998
Geane Rosa – CRP-12/22325
Geise Presa – CRP-12/03205
Jamir Sardá Júnior – CRP-12/01554
Janaina Henrique – CRP-12/05625
Karen Regina Niebuhr – CRP-12/00091
Keit Krelling – CRP-12/07099

Lana Kelly Santos Baêta – CRP-12/21885
Maria Antonieta Brito Beck – CRP-12/01296
Matias Trevisol – CRP-12/11031
Nei Marino Reis – CRP-12/03713
Paulo Roberto Bernardo e Silva – CRP-12/23193
Pedro Augusto Croce Carlotto – CRP-12/11068
Rachel Schlindwein Zanini – CRP-12/02089
Rafael Frasson – CRP-12/05590
Rafael Werres Leitão – CRP-12/21413
Rita Cardoso Wolff – CRP-12/12192
Sandra Regina da Silva Coimbra – CRP-12/00448
Simone Ciotta – CRP-12/01515
Theo Ceccato – CRP-12/19001
Vanessa de Andrade Manoel Fernandes – CRP-12/0961

Sumário

EDITORIAL

04

ENTRE O QUE VI E O QUE ME NEGARAM VER

RITA CARDOSO WOLFF

05

REFLEXÕES SOBRE O DEPOIMENTO ESPECIAL EM CASOS DE RACISMO CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

NATANAEL DE MEDEIROS
GABRIELA PEREIRA VIDAL

08

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL: RAÇA, RACISMO, BRANQUITUDE E PROJETOS DE JUSTIÇA RACIAL À LUZ DE INTELLECTUAIS NEGRAS

FERNANDA QUADROS

13

HERANÇAS COLONIAIS E A NEGAÇÃO DO AFETO: UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE AS CONDIÇÕES DE DESUMANIZAÇÃO DOS HOMENS NEGROS

NYAME DOS PASSOS NOGUEIRA
MARÍLIA DOS SANTOS AMARAL

16

INTERFACES ENTRE ASPECTOS ÉTNICOS E RACIAIS E OUTRAS FORMAS DE DIVERSIDADE

ANDRÉ MELQUEZEDECK HECK SILVA

21

IMAGENS DE CONTROLE E IMPACTOS PSICOSSOCIAIS DO USO DO INSTAGRAM EM MULHERES NEGRAS

CAMILI LEITE
LUÍZA DA SILVA RODRIGUES
YURI DOS SANTOS ELLER VERZOLA

24

DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA: REFLEXÕES A PARTIR DE UMA SALA TEMÁTICA

MICHELLY FRANK MARQUES DOS SANTOS
CHANCARLYNE VIVIAN
ÁLVARO CIELO MAHL

29

A TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL CULTURALMENTE ADAPTADA, O RACISMO INTERNALIZADO EM CRIANÇAS NEGRAS E O CONTEXTO CATARINENSE

PAULO ROBERTO BERNARDO E SILVA
RAMIRO RODRIGUES CONI SANTANA

34

Editorial

Esta edição versa sobre o tema Psicologia e Questões Étnicas e Raciais, um tema delicado, mas central na agenda de uma profissão com um compromisso ético e político.

É com sentimento de responsabilidade social e compromisso ético que apresentamos esta edição da Revista Plural, dedicada a refletir sobre uma das questões mais urgentes e persistentes do Brasil: o racismo estrutural. Em um país continental, diverso, plural e marcado pela contribuição de inúmeros povos, etnias e raças, ainda convivemos com desigualdades profundas que atravessam a vida cotidiana, as instituições e as experiências subjetivas de milhões de pessoas.

Reconhecer o racismo como uma realidade histórica e estrutural é um passo necessário para compreendermos seus impactos no sofrimento psíquico, na saúde mental, no atendimento na saúde a diversas populações e nas oportunidades de vida da população negra, migrantes, imigrantes e refugiados. Por isso, esta edição reúne artigos que ampliam o debate, confrontam silenciamentos a hegemonia do saber e convocam a Psicologia a assumir uma postura ativa, crítica e comprometida com a transformação social.

Nesta edição temos a contribuição de dois colaboradores desta plenária que compartilharam suas experiências e reflexões sobre questões étnicas/de raça. Também tivemos a contribuição de diversas instituições de ensino que compartilharam suas reflexões e críticas sobre o racismo estrutural.

Realizar esta edição em tão pouco tempo exigiu um esforço enorme e a sinergia desta plenária. Além de promover a discussão sobre este tema, esta edição foi um compromisso ético desta gestão com a plenária anterior, que tinha definido esta pauta para esta edição.

Esperamos que esta edição inspire diálogos transformadores, incentive práticas profissionais mais éticas e contribua para o fortalecimento de uma Psicologia antirracista, comprometida com a justiça social, com a defesa dos direitos humanos e com a construção de uma sociedade verdadeiramente plural.

Boa leitura!

Jamir Sardá Jr. e Edson Pilger

Conselheiros do XII Plenário do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina



ENTRE O QUE VI E O QUE ME NEGARAM VER

RITA CARDOSO WOLFF¹

Meu nome é Rita Cardoso Wolff. Quando penso na minha história, não encontro linhas retas, tampouco caminhos pré-determinados. Vejo trilhas abertas com a ponta dos dedos, com tropeços, avanços e conquistas que nunca chegaram facilmente. Nasci parda, mulher, deficiente visual e, desde cedo, me vi diante de um Brasil que insiste em medir pessoas pela aparência, pelos limites que julga ver ou pelas capacidades que não enxerga. Aprendi a caminhar no mundo enfrentando um leão por dia, para provar o óbvio que sou capaz.

Ainda criança, descobri que a escola era lugar de "pessoas brancas", o lugar que deveria acolher e ensinar, também é espaço de violência sutil e explícita. Sofri discriminação na fase que deveria ter sido protegida e inocente. Recordo-me de frases ditas como se fossem verdades absolutas:

- Você não vai conseguir acompanhar.
- Ela não enxerga como os outros.
- Melhor não incluir, vai ser difícil.

Cada palavra dessas era como uma etiqueta tentando definir quem eu poderia ou não ser. Criança compreende o mundo pelas experiências que vive e, naquela época, a escola me dizia que o mundo não era para mim. Senti na pele o que hoje, formada em Psicologia e Pedagogia e Licenciatura em educação especial, reconheço como marcas de exclusão escolar. A discriminação não vinha só dos colegas embora também estivesse ali mas principalmente dos adultos que deveriam ser exemplos de acolhimento.

Foram tempos em que tive de aprender não apenas conteúdos escolares, mas a medefender de olhares, silêncios e exclusões. Eu precisava ser forte antes da idade.

E talvez tenha sido ali que nasceu uma grande parte da minha vocação profissional: compreender a dor humana, as injustiças, as desigualdades e a urgência de transformar ambientes educativos em espaços realmente inclusivos.

Durante a minha trajetória percebi que ser parda no Brasil significa conviver com o preconceito racial. Não sou branca o suficiente para ter privilégios, nem negra bastante para ser reconhecida nas estatísticas e políticas. É um lugar no meio do caminho porém um caminho cheio de barreiras. Minha cor nunca foi neutra nos espaços que ocupei. Na escola, nas ruas, nos processos de seleção, a cor da pele falava antes mesmo de eu abrir a boca.

Vi pessoas estranharem que eu desejasse fazer faculdade, trabalhar, conquistar o que muitas vezes é esperado das mulheres brancas. Entendedores entenderão: o racismo se molda conforme o ambiente, mas nunca deixa de existir. Não foi fácil para mim estar onde estou hoje, mas essas vivências me ensinaram a construir minha identidade não pelo que faltava em mim, e sim pela potência que existia em mim.

Com o tempo, fui crescendo e percebendo que, além de mulher e parda, eu carregava uma deficiência visual. Isso nunca foi um problema para mim, mas percebi que era um problema para os outros. A sociedade brasileira ainda vê a pessoa com deficiência como alguém que deve ser adaptado ao mundo e não o contrário. Nunca faltou visão na minha capacidade, faltava visão na estrutura social.

E foi assim que, mesmo estudando, batalhando e me capacitando, o mercado de trabalho insistiu em me colocar no lugar da exclusão.

¹ Licenciada em Pedagogia (UDESC, 2006), Bacharel em Psicologia (UNIPLAC, 2013) e Licenciada em Educação Especial (UNIPLAC, 2014). Atua na UNIPLAC desde 2015, Psicóloga – CRP 12/12192. Conselheira do XII Plenário do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina.

Concluí Pedagogia, Psicologia e Licenciatura em Educação Especial. Três formações que poderiam ter me aberto muitas portas. Mas quando tentei atuar como psicóloga na minha cidade, me deparei com outro muro:

- Não há vagas para deficiente visual.
- Não vamos contratar.
- Não tem concurso.

Não era que eu não fosse capaz. Eu não era permitida. A superação que não veio por milagre. Quando a porta da Psicologia se fechou na minha cidade, a vida encontrou outro rumo. Comecei a trabalhar na Uniplac. E aqui já são 10 anos e 8 meses quase onze anos dedicados à educação, portanto sigo lutando para que nenhum aluno, nenhuma criança e nenhum profissional viva o que vivi na infância, adolescência e vida adulta: ser negado, excluído ou diminuído.

Hoje moro só, essa frase parece pequena, mas carrega uma conquista enorme. Morar sozinha, para muitas pessoas, representa independência. Para mim, significa autonomia, resistência e liberdade. Significa que eu não sou definida pelas limitações que tentaram me impor. Que eu posso administrar minha vida, meu lar e meu futuro.

A maior vitória material e a conquista de um sonho: quitar o apartamento. Este ano, quitei meu apartamento. Essa conquista não caberia em um parágrafo. Ela simboliza anos de esforço, trabalho, economia e persistência. Mais que uma casa, representa a concretização de algo que é negado para muitas pessoas com deficiência, mulheres, pardas, pobres ou vindas de ambientes educacionais discriminatórios. Ter um espaço que é meu é dizer ao mundo:

- Eu consegui.
- Eu resisti.
- Eu me reconstruí.

Quando assinei a última prestação, compreendi algo muito maior: esse apartamento não é apenas uma estrutura física, é o símbolo material de que ninguém pode interromper o meu caminho.

Mesmo não atuando formalmente como psicóloga devido às barreiras institucionais, a Psicologia nunca deixou de estar presente na minha vida. Ela é parte essencial da minha compreensão sobre o ser humano, das minhas reflexões sobre exclusão, identidade e subjetividade. Ela está viva nas minhas relações, na forma como educo, e acolho outras pessoas que passam por desafios semelhantes. Tenho consciência de que ser psicóloga, muitas vezes, não está no carimbo, mas no olhar, na escuta e na prática diária. Por isso, nesse sentido, exerço Psicologia todos os dias quando acolho histórias, quando ensino, quando reflito, quando ajudo outras pessoas a atravessar os mesmos medos e barreiras que enfrentei.

Houve momentos em que sofri profundamente. A exclusão machuca. A negação profissional desestrutura. O racismo silencia. O capacitismo fere. Mas compreendi que sofrimento não me define. Ele me transforma. Aprendi que minhas cicatrizes não são marcas de queda, são provas de sobrevivência. Hoje, percebo que minha história não é feita apenas de dificuldades, mas de superações constantes. É uma história de educação e resistência. De luta contra o racismo, contra o capacitismo, contra a misoginia e contra um sistema que ainda exclui quem foge do padrão. Eu me formei. Eu me especializei. Eu construí uma vida. Eu conquistei um trabalho. Eu paguei meu apartamento. Eu vivo sozinha, independente. Eu transformei o que era limite em potência.

E, acima de tudo, eu existo. Em um mundo que tentou diversas vezes me neutralizar. Quando iniciei a graduação em psicologia, compreendi que minha presença naquele espaço acadêmico não era apenas uma conquista individual, mas também uma forma de abrir caminhos para outras pessoas com deficiência. A cada barreira enfrentada desde a falta de material acessível até a resistência escondida de alguns profissionais pude perceber que minha jornada evidenciava a urgência de mudanças estruturais.

Em diversos momentos, senti o peso de precisar justificar minha permanência, de provar minha capacidade, ao mesmo tempo em que lutava por adaptações que deveriam ser garantidas desde o início.

Ainda assim, encontrei forças no apoio dos colegas que ingressaram comigo e na certeza de que a Psicologia era, de fato, o meu lugar. Quando precisei interromper o curso por um ano, percebi o quanto a exclusão acadêmica pode impactar a autoestima e o senso de pertencimento. Porém, esse período também me fortaleceu para reivindicar meus direitos com ainda mais determinação. Ao acionar a legislação de acessibilidade, pude retornar ao estágio e dei continuidade ao curso, mostrando que minha trajetória não seria definida pelos obstáculos, mas pela minha persistência.

Concluir a graduação se tornou-se, então, muito mais do que um objetivo profissional: foi a reafirmação da minha identidade, da minha competência e da importância de lutar por uma educação verdadeiramente inclusiva.

Apesar de todas essas conquistas, ainda me deparei com novos desafios ao concluir a graduação. Em minha própria cidade, percebi que não poderia prestar concursos públicos simplesmente porque não existem vagas destinadas a pessoas com deficiência visual. Essa constatação trouxe um sentimento ambíguo: de um lado, o orgulho pelo caminho percorrido; de outro, a frustração por perceber que a exclusão continua presente mesmo após a formação acadêmica. A ausência de oportunidades evidencia que a luta por acessibilidade não se limita ao ambiente educacional ela se estende ao mercado de trabalho e às políticas públicas que deveriam garantir nossa inclusão plena. Ainda assim, sigo acreditando que minha trajetória pode contribuir para transformar essas realidades, abrindo portas para que, no futuro, outras pessoas com deficiência visual encontrem não apenas vagas, mas também reconhecimento e respeito.

Esse é meu relato de vida. Que ele sirva para mostrar a outras pessoas que resistência também é forma de existência. E que todos nós temos o direito de ser vistos não apenas pelo que dizem que somos, mas pelo que somos capazes de construir. E, o que é NÃO para os outros, é sim para mim.



REFLEXÕES SOBRE O DEPOIMENTO ESPECIAL EM CASOS DE RACISMO CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

NATANAEL DE MEDEIROS¹ E GABRIELA PEREIRA VIDAL²

O racismo contra crianças e adolescentes configura uma forma de violência estrutural que atravessa relações cotidianas e instituições públicas (Nova, 2023). De janeiro a novembro de 2024, o Disque 100 registrou mais de 3,4 mil denúncias envolvendo mais de 5,2 mil violações de cunho racial. Dados do Observatório Nacional dos Direitos Humanos mostram que, em 2022, 67% das crianças e 85% dos adolescentes assassinados no país eram negros, evidenciando o impacto letal da desigualdade racial na infância (Brasil, 2024).

No campo escolar, espaço que deveria assegurar proteção, pertencimento e aprendizagem, o racismo muitas vezes se manifesta de forma sutil ou abertamente agressiva. As práticas discriminatórias, frequentemente tratadas como “brincadeiras” ou “mal-entendidos”, produzem sofrimento real e duradouro. A escola, mesmo sem intenção explícita, pode reproduzir desigualdades históricas, silenciar denúncias e minimizar experiências de violência racial (Nova, 2023).

Além dos impactos sociais e emocionais, o racismo é tipificado penalmente. A Lei nº 7.716/1989 sofreu mudanças relevantes, incluindo, em 2023, a incorporação da injúria racial como crime autônomo, reforçando a gravidade das ofensas discriminatórias (Brasil, 2023; FBSP, 2025).

Nas últimas décadas, a criação da Lei nº 13.431/2017 e a institucionalização do Depoimento Especial (DE) ampliaram a proteção de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. O DE configura-se como um procedimento de escuta realizado perante autoridade policial ou judiciária (Brasil, 2017). A principal finalidade do

procedimento é garantir que a vítima possa relatar o ocorrido sem que o próprio sistema de justiça se converta em mais uma experiência violenta (Da Silva, 2025). Embora tradicionalmente mais estudado e aplicado no campo da violência sexual, o emprego do DE em crimes de ódio racial contra crianças e adolescentes mostra-se cada vez mais necessário, acompanhando a complexificação das formas de violência e discriminação no país (Nova, 2023).

Este artigo discute as especificidades do DE nos casos de racismo, articulando aspectos legais, psicológicos e sociais. A análise integra também reflexões derivadas da prática profissional do primeiro autor como entrevistador do depoimento especial no TJSC, destacando como o racismo aparece nas narrativas infantis, os desafios de escuta e as possibilidades de um trabalho comprometido com uma prática antirracista.

RACISMO NA INFÂNCIA: VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA, IDENTITÁRIA E INSTITUCIONAL

O entendimento do racismo como forma de violência estrutural tem sido amplamente discutido na literatura, destacando que suas manifestações atingem a infância de maneira precoce e profunda. O racismo organiza práticas sociais, distribui lugares de poder e marca subjetividades desde os primeiros anos de vida (Ferreira; Abramowicz, 2022). Compreender o racismo na infância exige reconhecer que ele não se limita a episódios pontuais, mas compõe uma estrutura histórica que produz e reproduz desigualdades desde os primeiros anos de vida. A infância negra no Brasil foi construída sob um processo contínuo de seleção, tutela e desproteção, que atravessa a história da

¹ Graduado em Psicologia (UNIBAVE), Especialista em Psicologia Jurídica (UNISUL) e em Avaliação Psicológica (IPOG), Mestre em Educação (UNISUL) e Doutorando em Psicologia (UFSC). Atua como Entrevistador do Depoimento Especial, Psicólogo Perito e Assistente Técnico no TJSC.

² Doutoranda e Mestra em Psicologia (UFSC), Especialista em Psicodrama (UNIFIA) e em Psicologia Clínica (UNOESC). Atua como Psicóloga Clínica de forma autônoma e Professora de Pós Graduação na Viver Mais Psicologia.

formação social brasileira e se atualiza nas instituições contemporâneas (Ferreira; Abramowicz, 2022).

A criança negra, ainda que juridicamente reconhecida como sujeito de direitos, permanece submetida a expectativas racializadas que a percebem como menos inocente, mais madura ou mais responsável do que outras crianças em situações semelhantes. Essa construção social impacta diretamente a forma como suas experiências de violência são reconhecidas ou invalidadas pelos adultos que as cercam.

A dimensão estrutural do racismo se revela também no modo como a sociedade interpreta o sofrimento da infância negra. Compreende-se a raça como "um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação" (Munanga, 2004, p.6), assim estas relações de poder estão presentes nos diversos espaços ocupados desde o nascimento até a idade adulta. Em muitos contextos, as dores e humilhações vividas por crianças negras são naturalizadas, desqualificadas ou reinterpretadas como exagero, sensibilidade excessiva ou dificuldades típicas da convivência escolar. Esse processo produz deslocamento da responsabilidade e reforça a ideia de que essas crianças não são plenamente dignas de cuidado e proteção (Nova, 2023). Ao chegar ao sistema de justiça, portanto, a criança negra já carrega uma história de deslegitimação que influencia sua forma de narrar e compreender as violências vividas.

Essa historicidade é fundamental para compreender como o racismo afeta o desenvolvimento emocional, cognitivo e identitário na infância (Oliveira et al., 2021). A violência racial inscrita no cotidiano constitui uma experiência que não apenas atinge o presente, mas projeta expectativas de futuro marcadas por desigualdades e pela sensação de que seus direitos podem ser sistematicamente negados. Assim, quando uma criança negra relata um episódio de discriminação, ela não está apenas reproduzindo um fato isolado: está comunicando o atravessamento de uma lógica

de exclusão que a acompanha nas diversas esferas da vida social.

O racismo é uma forma de violência psicológica que se inscreve de maneira profunda na subjetividade infantil, produzindo marcas emocionais significativas e duradouras. Crianças expostas a episódios de discriminação racial, mesmo quando não compreendem conceitualmente o racismo, experimentam "baixa autoestima, sentimentos de medo, rejeição e a construção de uma identidade racial negativa" (Oliveira, et al., 2021, p. 28779). Ao internalizar mensagens depreciativas sobre sua aparência ou valor social, a criança passa a interpretar a si mesma por meio das lentes da opressão racial (Oliveira et al., 2021).

As limitações linguísticas próprias do desenvolvimento infantil dificultam a nomeação precisa da violência. Muitas crianças descrevem apenas emoções difusas (tristeza, vergonha, incômodo) sem conseguir verbalizar o caráter racial do ocorrido, o que torna a escuta mais complexa e exige sensibilidade técnica. Essa lacuna entre vivência emocional e capacidade de nomeação conceitual torna o processo de escuta particularmente desafiador, pois exige que o entrevistador compreenda que a criança pode não dispor dos recursos linguísticos necessários para traduzir a violência em palavras. Em outras palavras, a narrativa infantil não necessariamente seguirá a linearidade ou a clareza conceitual esperada pelos operadores do Direito.

Para que essa compreensão seja efetiva, é imprescindível que o entrevistador e os demais operadores do Direito tenham uma consciência crítica sobre a condição da população negra no país (Bergamaschi; Nascimento, 2025). Isso implica reconhecer as dinâmicas complexas do racismo, seus efeitos emocionais e simbólicos, e a forma como ele se manifesta de maneira reiterada e muitas vezes silenciosa na infância. Sem essa lente interpretativa, há risco de que sinais relevantes passem despercebidos ou sejam subestimados, comprometendo a qualidade da proteção e a própria finalidade do DE.

Na prática profissional do primeiro autor, é comum que crianças e adolescentes vítimas de racismo cheguem ao DE com significativa dificuldade de expressar o que ocorreu. Muitas hesitam em repetir insultos racistas por vergonha; outras tentam proteger colegas ou professores envolvidos; e há aquelas que demonstram medo de sofrer represálias sociais no ambiente escolar. A forma reiterada com que o racismo se manifesta, muitas vezes diluída no cotidiano e marcada por episódios sucessivos, também compromete a organização da memória, dificultando a delimitação de um único fato ou momento específico. Esse conjunto de elementos reforça a necessidade de que a escuta seja conduzida com técnica, sensibilidade e atenção às nuances próprias das experiências racializadas na infância.

RACISMO NA INFÂNCIA: VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA, IDENTITÁRIA E INSTITUCIONAL

A condução do DE em casos de racismo demanda técnicos preparados e conscientes de seus saberes situados (Haraway, 1995). Isto porque o letramento racial (Bento, 2022) que busca educar as pessoas em uma perspectiva antirracista, ainda não é uma realidade em todos os espaços, o que pode fazer com que as pessoas responsáveis por conduzir o DE, os magistrados e demais participantes do processo, não tenham uma perspectiva antirracista de fato.

Assim, a compreensão de que o DE está diretamente relacionado à credibilidade do relato produzido, no sentido de produzir uma verdade juridicamente válida, pode fazer com que essa criança não seja escutada em sua complexidade (Da Silva, 2025). Como destacam Santos e Osório (2025, p.4) "ainda que se busque reduzir o sofrimento da criança, sua fala é constantemente medida, examinada e filtrada por critérios institucionais que privilegiam a prova em detrimento da experiência vivida". Nesse sentido, é preciso compreender que o DE é também atravessado por ambivalências que precisam ser pensadas e enfrentadas com criticidade, buscando construir práticas que sejam de fato éticas e comprometidas com as crianças e adolescentes ouvidos.

Nesse sentido, é importante que as formações e atualizações realizadas para os profissionais que trabalham com DE tenham conteúdos relacionados ao racismo. O aprofundamento na compreensão da temática pode auxiliar no caminho para a realização do procedimento. Além disso, os protocolos do DE devem incorporar marcadores raciais e outros fatores interseccionais (gênero, classe, território, deficiência e sexualidade) para orientar uma escuta sensível à complexidade das experiências infantis (Akotirene, 2019).

O racismo vivenciado na infância pode acontecer por meio da exclusão, da rejeição e de discriminações verbais e físicas, carregando consigo fortes consequências para as crianças vítimas. Esses sentimentos demonstram o impacto do racismo no bem-estar emocional, psicológico, físico e social, além de afetar o desenvolvimento da identidade e até mesmo de um autoconceito positivo (Moreira Primo, 2020). Nesse sentido, os efeitos do racismo se fazem presentes para as crianças e adolescentes que os vivenciam e afetam suas subjetividades, o que se relaciona às percepções do primeiro autor sobre vergonha e dificuldades nos relatos das crianças sobre suas vivências. A interseccionalidade de diversos marcadores pode se relacionar aos conteúdos e formas trazidos no DE e por isso uma perspectiva interseccional é necessária para a compreensão de que esses marcadores podem afetar as necessidades na condução da entrevista.

RACISMO NA INFÂNCIA: VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA, IDENTITÁRIA E INSTITUCIONAL

O racismo não constitui apenas um evento isolado, circunscrito a um fato narrado, mas uma experiência estrutural que precede, acompanha e ultrapassa o momento do DE. Crianças negras chegam ao sistema de justiça atravessadas por histórias de deslegitimação, silenciamentos e violências simbólicas que moldam suas possibilidades narrativas e suas formas de significar o sofrimento.

Os achados da literatura, somados às vivências do primeiro autor, mostram que o racismo impacta profundamente o desenvolvimento emocional e identitário das crianças. Assim, compreender a

complexidade da experiência racializada é condição indispensável para uma escuta qualificada. Entrevistadores e operadores do Direito precisam desenvolver consciência racial e letramento antirracista, pois a ausência dessa perspectiva pode levar à subinterpretação de sinais, à desvalorização da narrativa infantil e à reprodução institucional da violência que o próprio sistema deveria prevenir.

Refletir sobre o DE em casos de racismo implica reconhecer os limites e as potencialidades do sistema de justiça diante de uma violência que é histórica e estrutural. Quando conduzido com técnica, sensibilidade e perspectiva interseccional, o DE pode transformar-se em um importante instrumento de proteção e validação da experiência das crianças e adolescentes. Contudo, sua efetividade depende de investimentos contínuos em formação antirracista, revisão crítica dos protocolos, fortalecimento da autonomia técnica dos entrevistadores e reconhecimento institucional de que não existe escuta verdadeiramente protegida sem o enfrentamento explícito do racismo.

Assim, o desafio que se coloca não é apenas jurídico ou psicológico, mas ético e político: assegurar que a escuta de crianças vítimas de racismo seja, de fato, um espaço de dignidade, acolhimento e reparação simbólica. O DE não deve apenas evitar a revitimização, mas contribuir para romper com a longa história de silenciamento da infância negra, garantindo que suas vozes sejam ouvidas, respeitadas e reconhecidas como legítimas no sistema de justiça e na sociedade.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

BENTO, Cida. O pacto da branquitude. Companhia das letras, 2022.

BERGAMASCHI, Igor Felipe; NASCIMENTO, Alexandre. O DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM OS DIREITOS HUMANOS. Revista de Comunicação Científica, v. 5, n. 18, p. 85-96, 2025. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rcc/article>

</view/13790/9304>. Acesso em: 18 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.431, de 04 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Diário Oficial da União, Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm Acesso em: 28 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023. Altera a Lei nº 7.716/1989 para incluir a injúria racial como crime autônomo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jan. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2023/lei/L14532.htm Acesso em: 28 nov. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Mais de 5,2 mil violações de racismo e injúria racial foram registradas pelo Disque 100 em 2024. Brasília, DF: MDHC, 2024. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/13569> Acesso em: 19 nov. 2025.

DA SILVA, Carlos André Cavalcante. Depoimento especial: Quando a lei é ignorada e a criança silenciada. Revista DCS, v. 22, n. 81, p. e3277-e3277, 2025. Disponível em: <https://ojs.revistadcs.com/index.php/revista/articled/view/3277>. Acesso em: 20. out. 2025.

FERREIRA, Emerson Benedito; ABRAMOWICZ, Anete. O racismo na infância ea infância do racismo: vida e rastros de uma criança negra. Pro-Posições, v. 33, p. e20200084, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/c4fgSSgsSfk3B7y6PvynpDx/?format=html&lang=pt>. Acesso em 22 out. 2025.

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025. São Paulo, 2025. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2025/07/anuario-2025.pdf> Acesso em: 18 out. 2025.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos pagu, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 25 nov. 2025.

MOREIRA PRIMO, Ueliton Santos. Experiências de racismo e o desenvolvimento da identidade étnico-racial em crianças negras e brancas. 2020. 144 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2020.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Tradução . Niterói: EDUFF, 2004. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoosDeRacaRacismoidentidadeEEtnia.pdf. Acesso em: 28 nov. 2025.

NOVA, Adeildo Vila. Violação dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil: o racismo como fator preponderante. Perspectivas em Políticas Públicas, v. 16, n. 32, p. 189-208, 2023. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/view/8053>. Acesso em: 20 nov. 2025.

OLIVEIRA, Clarice Maynarte et al. Impacto do racismo na saúde mental da criança negra: uma revisão de literatura. Brazilian Journal of Health Review, v. 4, n. 6, p. 28768-28782, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/41787>. Acesso em: 20 no. 2025.

SANTOS, Jonathas Ferreira; OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. A CONCEPÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DO DEPOIMENTO ESPECIAL E O PROBLEMA DA MARGINALIDADE DAS VOZES INFANTIS. ARACÊ, [S. l.], v. 7, n. 8, p. e7254, 2025. DOI: 10.56238/arev7n8-100. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/7254>. Acesso em: 28 nov. 2025.



RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL: RAÇA, RACISMO, BRANQUITUDE E PROJETOS DE JUSTIÇA RACIAL À LUZ DE INTELLECTUAIS NEGRAS

FERNANDA QUADROS¹

RESUMO:

Este artigo discute as Relações Étnico-Raciais no Brasil à luz da produção de autoras negras como Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Nilma Lino Gomes, Grada Kilomba, Djamilia Ribeiro, Angela Davis e Lia Schucman, incorporando também a análise da branquitude a partir de Lia Schucman. A partir dessas contribuições, examina-se a formação histórica das desigualdades raciais, os impactos subjetivos do racismo, a construção da identidade negra e os mecanismos de manutenção da hegemonia branca. Por fim, apontam-se elementos estruturais que sustentam o racismo e caminhos para a justiça racial.

PALAVRAS-CHAVE: branquitude; intelectuais negras; justiça racial; racismo estrutural; relações étnico-raciais.

INTRODUÇÃO

As Relações Étnico-Raciais no Brasil revelam contradições profundas e permanências históricas do colonialismo. Como observa Gonzalez (2020), compreender raça no Brasil requer analisar as bases coloniais que estruturaram instituições e hierarquias sociais. O debate contemporâneo, formulado por intelectuais negras, evidencia o caráter estrutural do racismo e seus impactos subjetivos e institucionais.

Além disso, a compreensão da branquitude — enquanto estrutura de poder e posição social privilegiada — é fundamental para analisar desigualdades raciais (Schucman, 2014). Assim, este artigo articula contribuições de autoras que têm transformado o campo dos estudos raciais no Brasil e internacionalmente.

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

Carneiro (2011) argumenta que a abolição, realizada sem políticas de reparação, instituiu uma “cidadania mutilada”, mantendo pessoas negras à margem dos direitos básicos. O mito da democracia racial,

analisado criticamente por Gonzalez (2020), operou como um dispositivo ideológico para naturalizar privilégios da branquitude.

Davis (2016) complementa essa análise ao afirmar que narrativas hegemônicas frequentemente invisibilizam contribuições negras, reforçando desigualdades materiais e simbólicas. Assim, a história brasileira é marcada por mecanismos que produzem e sustentam hierarquias raciais.

IDENTIDADE E SUBJETIVIDADE NEGRA

Para Gomes (2017), a identidade negra é resultado de um processo político e histórico construído em oposição às narrativas coloniais. Esse processo envolve disputas por memória, pertencimento e legitimidade.

Kilomba (2019) analisa o racismo como violência simbólica, que posiciona pessoas negras como “o Outro”, restringindo seu lugar de fala. Falar, portanto, torna-se um ato político e um gesto de ruptura com o silenciamento imposto pelo racismo. A subjetividade negra é produzida na tensão entre violência estrutural e resistência cotidiana.

¹ Psicóloga, MBA em Gestão Empresarial, MBA em ESG e Analista Comportamental. Com mais de duas décadas de experiência em gestão de pessoas, especializou-se em desenvolver estratégias em Gestão de Pessoas, especificamente em Desenvolvimento, Diversidade, Equidade e Inclusão (DE&I). Conselheira do XII Plenário do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina.

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

Carneiro (2011) argumenta que a abolição, realizada sem políticas de reparação, instituiu uma “cidadania mutilada”, mantendo pessoas negras à margem dos direitos básicos. O mito da democracia racial, analisado criticamente por Gonzalez (2020), operou como um dispositivo ideológico para naturalizar privilégios da branquitude.

Davis (2016) complementa essa análise ao afirmar que narrativas hegemônicas frequentemente invisibilizam contribuições negras, reforçando desigualdades materiais e simbólicas. Assim, a história brasileira é marcada por mecanismos que produzem e sustentam hierarquias raciais.

IDENTIDADE E SUBJETIVIDADE NEGRA

Para Gomes (2017), a identidade negra é resultado de um processo político e histórico construído em oposição às narrativas coloniais. Esse processo envolve disputas por memória, pertencimento e legitimidade.

Kilomba (2019) analisa o racismo como violência simbólica, que posiciona pessoas negras como “o Outro”, restringindo seu lugar de fala. Falar, portanto, torna-se um ato político e um gesto de ruptura com o silenciamento imposto pelo racismo. A subjetividade negra é produzida na tensão entre violência estrutural e resistência cotidiana.

BRANQUITUDE: PRIVILÉGIOS, PODER E REPRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES

BRANQUITUDE COMO NORMA E UNIVERSALIZAÇÃO

Carneiro (2011) destaca que o sujeito branco é produzido como norma universal na sociedade brasileira, processo que naturaliza privilégios e dificulta a autopercepção racial entre pessoas brancas.

A CONTRIBUIÇÃO DE LIA SCHUCMAN

Schucman (2014, 2020) demonstra que a branquitude se constitui como posição ativa de poder, sustentada por práticas cotidianas que reforçam vantagens simbólicas e materiais. Segundo a autora, discursos de neutralidade, bondade ou igualdade frequentemente mascaram hierarquias raciais.

RESPONSABILIDADE ÉTICA DA BRANQUITUDE

Ribeiro (2019) argumenta que pessoas brancas precisam reconhecer sua participação estrutural na reprodução das desigualdades e assumir responsabilidade ética em práticas antirracistas.

BRANQUITUDE, CAPITALISMO E DOMINAÇÃO

Davis (2016) evidencia que raça, classe e gênero operam de modo interdependente. O capitalismo, portanto, reforça a hegemonia branca ao racializar desigualdades econômicas.

EDUCAÇÃO E CURRÍCULO COMO PRÁTICAS ANTIRRACISTAS

A implementação da Lei 10.639/2003 representa, segundo Gomes (2017), uma ruptura com tradições curriculares eurocêntricas. Ribeiro (2017) afirma que práticas antirracistas exigem a revisão das bases de produção de conhecimento, questionando quem ocupa posições de autoridade epistêmica.

INTERSECCIONALIDADE E A EXPERIÊNCIA NEGRA

Davis (2016) e Kilomba (2019) destacam que opressões interseccionadas — de raça, gênero e classe — moldam de forma distinta as experiências de mulheres negras. Gonzalez (2020) acrescenta o conceito de amefricanidade, que articula dimensões históricas e culturais da experiência afro-latino-americana.

VIOLÊNCIA ESTRUTURAL, EPISTEMICÍDIO E SILENCIAMENTO

Carneiro (2005) define epistemicídio como a destruição ou deslegitimação das produções intelectuais negras. Kilomba (2019) afirma que o silenciamento é central para o funcionamento do racismo, excluindo vozes negras dos espaços de legitimidade.

CAMINHOS PARA PRÁTICAS E POLÍTICAS ANTIRRACISTAS

Com base nas autoras analisadas, destacam-se:

- reconhecimento da branquitude como parte ativa do racismo estrutural (Schucman, 2014);
- ampliação da representatividade negra em espaços de poder (Ribeiro, 2019);
- revisão institucional e enfrentamento de

desigualdades (Carneiro, 2011);

- formação docente e transformação curricular (Gomes, 2017);
- abordagem interseccional das opressões (Davis, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Relações Étnico-Raciais no Brasil revelam tanto a persistência de desigualdades quanto a potência da resistência negra. As contribuições de Carneiro, Gonzalez, Gomes, Kilomba, Ribeiro, Davis e Schucman oferecem lentes teóricas essenciais para compreender as estruturas de poder racializadas e para orientar práticas antirracistas comprometidas com a justiça racial.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, S. A construção do outro como não-ser. São Paulo: Selo Negro, 2005.

CARNEIRO, S. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.

DAVIS, A. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

GOMES, N. L. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

KILOMBA, G. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

RIBEIRO, D. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, D. Pequeno manual antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHUCMAN, L. V. Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulista. São Paulo: Annablume, 2014.

SCHUCMAN, L. V. Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor. São Paulo: Cortez, 2020.



HERANÇAS COLONIAIS E A NEGAÇÃO DO AFETO: UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE AS CONDIÇÕES DE DESUMANIZAÇÃO DOS HOMENS NEGROS

NYAME DOS PASSOS NOGUEIRA¹ E MARÍLIA DOS SANTOS AMARAL²

RESUMO:

A desumanização dos povos africanos expressa-se no sequestro de suas populações, na exploração de seus corpos como objetos de trabalho e de desejo sexual, além de outras formas de violência, como o apagamento cultural e a imposição religiosa. Nestas condições, a masculinidade dos homens negros é forjada por heranças coloniais, escravagistas e racistas, partindo do pressuposto imaginário de corporalidades superdotadas de habilidades físicas e de resiliência emocional, comparadas a seres animais. Assim, o objetivo deste artigo é discutir como os legados coloniais e racistas criam condições para a desumanização dos homens negros, afetando suas possibilidades de expressão emocional, construção de vínculos e exercício do afeto. A pesquisa consiste em uma revisão bibliográfica, qualitativa e exploratória, fundamentada na Psicologia Social Crítica articulada com a perspectiva pós-colonial e afrocentrada de gênero. A coleta do material bibliográfico foi realizada nos bancos de dados Scielo, Google Scholar e nos Repositórios Institucionais e Bibliotecas Digitais de instituições brasileiras. A análise das publicações científicas orientou-se pela perspectiva da Análise do Discurso de inspiração foucaultiana. Discute-se o ideal social de masculinidade e humanidade direcionado aos homens negros e suas afetações nas dimensões psíquica, subjetiva e nas relações interpessoais. Conclui-se que as masculinidades negras estão amarradas aos estereótipos coloniais e racistas impostos, impossibilitando criar narrativas e transformar suas histórias. Reconhecer-se enquanto homem negro, resistente e humanizado possibilita vislumbrar caminhos para romper com as amarras e heranças racistas e coloniais que o prendem e desumanizam.

PALAVRAS-CHAVE: afeto; desumanização; masculinidade negra; vulnerabilidade emocional.

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país que forjou sua história sobre os pilares da escravidão, do colonialismo e do racismo. Essas estruturas moldaram a formação social, política e subjetiva da população, especialmente da população negra, marcando profundamente as formas de existir, de se perceber e se relacionar no mundo. O período escravocrata colonial, no qual nos constituímos histórica e subjetivamente, é o progenitor da distorção humana sobre a população negra. É nessas circunstâncias que a integridade de todo um grupo social é afetada, por meio do apagamento cultural, religioso, linguístico e, principalmente, enquanto sujeito, humano,

deixando legados sociais que prevalecem e são reproduzidos há gerações.

Após o violento processo de escravização material, cultural e simbólica, o homem negro torna-se resultado de um ideal da cultura europeia branca colonial, no qual aqueles que foram escravizados são forçados a performar a estética (Custódio, 2024) do modelo masculino patriarcal — postura de homem-líder, forte, viril, ativo —, ou seja, o necessário para ser considerado o mais próximo do humano e, portanto, tornar-se homem. Mas jamais homens brancos (Fanon, 2020).

¹ Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário Cesusc (UNICESUSC).

² Psicóloga (CRP 12/12127), Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Professora do curso de Psicologia do Centro Universitário Cesusc (UNICESUSC).

Foi um tempo em que era necessário adequar-se a esse exercício de si e das relações com os outros como forma de sobrevivência e de sentir-se menos subjugado, buscando uma posição mais próxima à do opressor colonial.

Nesse sentido, o objetivo desse estudo é discutir os modos de experimentar a vulnerabilidade emocional e os relacionamentos afetivos de homens negros, entrelaçando acerca dos legados coloniais e racistas que desumanizam esses corpos e constituem seus sujeitos. São trazidos para essa conversa alguns conceitos considerados fundamentais, tais como: masculinidade negra (Hooks, 2022); racismo estrutural e desumanização (Fanon, 2020); colonialismo (Césaire, 2010); vulnerabilidade emocional (Volp, 2022); performance estética (Custódio, 2024); e a performance da masculinidade supermasculina (Nkosi, 2014).

MÉTODO

Esta pesquisa delineou-se pela abordagem qualitativa, partindo da pesquisa exploratória em revisões bibliográficas de referências que discutem temas vinculados aos objetivos buscados.

Por tratar-se de uma pesquisa que trabalha com a subjetividade humana, a abordagem qualitativa mostra-se como uma possibilidade adequada, por não fazer uso de dimensões quantitativas e traduções numéricas (Souza et al., 2013). Caracteriza-se como uma pesquisa do tipo exploratória por ser um estudo voltado para masculinidade negra, explorando sobre a vulnerabilidade emocional e afetividade dos homens negros, assuntos esses nos quais as discussões ainda são recentes, e alinham-se ao método exploratório que visa proporcionar maior familiaridade com o assunto e a problemática, para maior conhecimento ou para construir hipóteses (Souza et al., 2013). Com isso, a técnica utilizada é a de revisão bibliográfica, que nas palavras do sociólogo Antônio Carlos Gil (1993) é "desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, sendo possível aprofundar-se no conhecimento teórico".

A revisão bibliográfica desta pesquisa foi realizada por meio de livros físicos e digitais e de artigos científicos disponíveis em plataformas de bancos de dados, como: Scielo; Google Scholar/Acadêmico e de Repositórios Institucionais e Bibliotecas Digitais de instituições brasileiras de ensino superior. Os descritores de busca utilizados foram: "masculinidade negra"; "desumanização homem negro"; "homem negro colonial"; "afetividade masculinidade negra" separados e combinados em língua portuguesa. Para a seleção dos livros foram escolhidas obras de autoras e autores que discutem, a partir de referenciais teóricos e metodológicos da psicologia social crítica, sobre colonialismo e colonialidade; relações raciais; racismo; gênero e feminismo; masculinidades e vulnerabilidades emocionais. Obras que abordam essas teorias a partir de áreas não alinhadas ao recorte da pesquisa — como jornalismo, cinema e outras áreas de conhecimento que não fossem Humanas ou Sociais — foram descartadas por apresentarem risco de afastamento dos objetivos centrais deste artigo.

A análise do material coletado orienta-se pela perspectiva da Análise do Discurso (AD), técnica teórico-metodológica voltada para compreender como a linguagem é uma ferramenta de práticas sociais, construtora de sentidos, posicionando sujeitos na sociedade, reproduzindo — ou resistindo — às estruturas de poder (Nogueira, 2008; Spink, 2010). Desta forma, a AD permite investigar como as produções discursivas constroem realidades sobre os homens negros, suas afetividades, vulnerabilidades, assim como os processos de desumanização aos quais são submetidos. A linguagem é a prática que reproduz a realidade em que se insere, sendo central para a construção e naturalização de determinadas formas de ser, sentir e existir.

A importância de uma discussão que problematize as experiências do homem negro, pela ótica da desumanização, reside em sua capacidade de mobilizar discussões críticas e atuais sobre raça, gênero, sexualidade e discriminação no campo da Psicologia e áreas que se disponham à abertura de leituras sobre o mundo a partir de uma perspectiva

afrocentrada de gênero.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para alcançar uma discussão crítica sobre masculinidade negra em articulação com categorias analíticas como desumanização e vulnerabilidade emocional, é imprescindível discutir e elaborar o racismo estrutural, partindo do período colonial até os dias atuais, utilizado como um sistema de poder visando à manutenção da desigualdade social racial, limitando acessos a espaços, oportunidades e direitos da população negra.

O impacto do racismo estrutural atinge os modos subjetivos de existir e viver, influenciando na constituição de sujeitos tanto daqueles que são vítimas diretas dessa estrutura quanto daqueles que são beneficiados por ela (Césaire, 2010; Fanon, 2020).

Ao pensar os homens brancos, cisgêneros, heterossexuais e dominantes, o racismo estrutural e a masculinidade patriarcal os colocam como perfil ideal de homem, enquanto aos homens negros é destinado o espaço da marginalização, onde sempre serão lembrados de que, antes de serem homens, são homens negros (Fanon, 2020). Partindo desse ponto e da literatura sobre masculinidades negras, percebe-se que há a necessidade de adotar uma postura masculina muitas vezes mais acentuada quando se trata da expressão dos homens negros. O homem branco, na atualidade, tem conseguido encontrar condições para ampliar sua permissão para chorar, sorrir, sentir raiva e demonstrar tristeza e, em certos casos, até mesmo a violência é "relativizada".

Já o homem negro segue solidificado na manutenção do que podemos reconhecer como "postura de pedra", isto é, silencioso, com pouca ou nenhuma permissão para demonstrações de afeto, cuidado, fragilidade e desconfortos (Hooks, 2022). Dependendo do cenário, pode ainda ser visto como fraco, frouxo, especialmente quando não corresponde às expectativas performáticas esperadas da negritude, constantemente associada à animalização, à hipersexualização e à criminalização — características de um "ser

incontrolável" (Hooks, 2022).

Em suma, a vulnerabilidade emocional e a possibilidade de permitir-se receber afeto e cuidado do outro, tornam-se mais um privilégio do qual o homem negro não é beneficiário, uma vez que não experimenta condições para sentir e vivenciar, impactando, de certomodo, suas formas de viver experiências emocionais, sociais, afetivas e sexuais. Espera-se dos homens negros brutalidade, demonstrações de raiva e poder ou ainda, como nos ensina Deivison Nkosi (2014), a performance do "criado supermasculino". Um tipo de masculinidade forjada pelo imaginário colonizador que dá os primeiros passos para a desumanização dos homens negros, o qual permaneceu sendo repassado pelas gerações entre os próprios homens negros para os meninos negros. Ou seja, desde a infância já se espera a performance estética supermasculina (Nkosi, 2014; Custódio, 2024) daqueles que se enquadram ao gênero masculino, e àqueles que não estiverem alinhados com esses atributos de virilidade, potência sexual e outras características que remetem apenas ao seu corpo hipersexualizado não será permitido identificar-se como verdadeiro homem — o verdadeiro homem negro.

O menino negro torna-se o homem negro, que segue tentando suprir as faltas e falhas que tantos exigem dele, o que culmina em acúmulos de sofrimentos físicos e psíquicos. Como disse o ator e humorista Paulo Vieira no podcast *Mano a Mano* (Brown & Oliveira, 2025): "Uma hora deixamos de ser funcionais, e o homem negro é feito para ser funcional (. . .) continuar andando igual a um trem, mesmo ferido".

Nesse sentido, a sensação de falhar nesse âmbito corpóreo é falhar consigo mesmo, pois nada mais se espera do corpo negro masculino. Essa posição objetificatória, por vezes, entra em conflito com as formas de manifestar emoções, diretamente associadas ao feminino-frágil e, portanto, inferior, nas quais até mesmo emoções semelhantes à felicidade e alegria são evitadas. Como afirma Bell Hooks (2022):

"Sobretudo, a maioria dos homens negros não se ama (. . .) na cultura patriarcal supremacista branca imperialista são temidos, não amados"(p. 32). Isto é, é possível dizer que as condições para os homens negros conhecerem a autoestima, o amor-próprio e o amor do outro contribuem para que não se reconheçam como são, impossibilitando de serem verdadeiramente humanos.

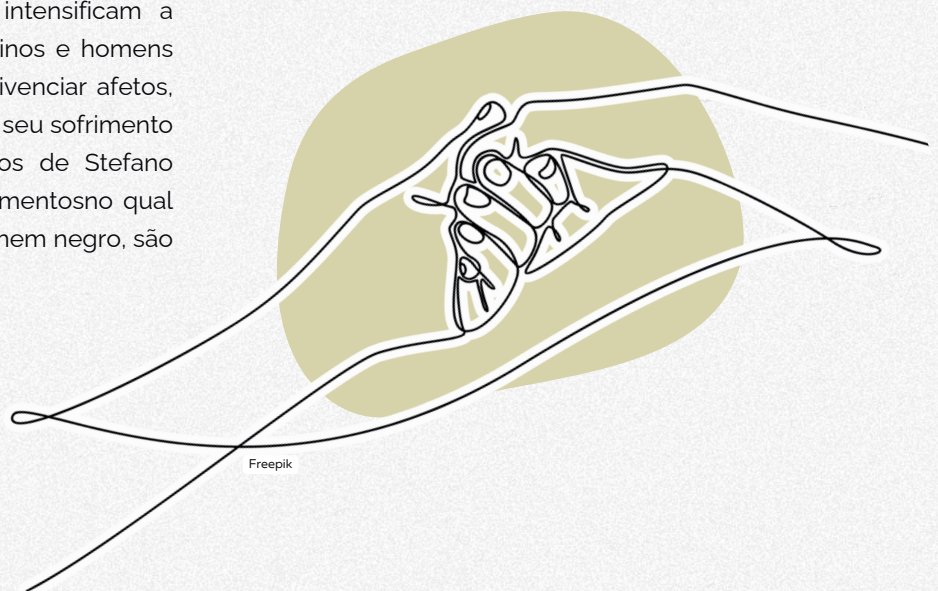
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o imaginário de corpo negro funcional o racismo estrutura as relações e reforça o ideal de invulnerabilidade no homem negro como uma expectativa social que desumaniza e nega espaços de cuidado e expressão emocional (Campos, 2018).

É negado ao homem negro a possibilidade de reconhecer suas vulnerabilidades emocionais, ou seja, de sentir que há permissão para acessar e expressar sentimentos, dores e fragilidades, sem medo da punição social, assim, impossibilitando demonstrações afetivas em vínculos baseados no cuidado, no amor e na validação mútua — dimensões que, no caso da masculinidade negra, foram historicamente negadas, deturpadas ou limitadas. A possibilidade de demonstrar afetividade ao outro, em receber afeto do outro, e, principalmente, ser afetuoso consigo mesmo, é compreendida como prática ética e política de transformação, especialmente ao considerar o impacto das estruturas patriarcais e racistas nas formas de amar e se vincular (Hooks, 2020).

As heranças coloniais de poder racial (Quijano, 2005), o racismo estrutural (Fanon, 2020) e a masculinidade hegemônica (Connell & Messerschmidt, 2013) reforçam e intensificam a desumanização dos corpos de meninos e homens negros, negando-lhes o direito de vivenciar afetos, minando suas emoções e agravando seu sofrimento psíquico. Como nos contos literários de Stefano Volp (2020), constata-se que há momentos no qual todo o necessário para cuidar do homem negro, são grandes doses de afeto.

Que se dê início ao trabalho da Psicologia pela libertação dos homens negros, rompendo as amarras sociais que os aprisionam, para que possam se tornar corpos que amam, sorriem, chorem, falem, gritem e, principalmente, sejam encharcados de afeto. A liberdade é, sobretudo, para que seus corpos sejam apenas humanos.



REFERÊNCIAS

BROWN, M.; OLIVEIRA, S. (Prod.). Mano a Mano. Apresentação: Mano Brown. Convidado: P. Vieira. Spotify, 2025. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/2mMY8ygng1Hyjvw8iJVANz?si=ICAFO2CgTHq_PU8FAHrOYg. Acesso em: 9 jan. 2026.

CAMPOS, A. O. Masculinidades negras, subjetividades e suas (des)humanidades. In: FEFFERMANN, M. et al. (orgs.). Interfaces do genocídio no Brasil: raça, gênero e classe. São Paulo: Instituto de Saúde, 2018. p. 409-422.
CÉSAIRE, A. Discurso sobre o colonialismo. São Paulo: Veneta, 2020.

CONNELL, R. W.; MESSERRSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013.

CUSTÓDIO, T. A. Per-vertido Homem Negro: reflexões sobre masculinidades negras a partir de categorias de sujeição. In: RESTIER, H.; SOUZA, M. R. (orgs.). Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2024. cap. 9, p. 165-188. (Coleção Diálogos da Diáspora).

FANON, F. Pele negra, máscaras brancas. Tradução de S. Nascimento; colaboração de R. Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOOKS, b. A gente é daora: homens negros e masculinidade. Tradução de V. Silva. São Paulo: Elefante, 2022.

HOOKS, b. Tudo sobre o amor: novas perspectivas. Tradução de S. Borges. São Paulo: Elefante, 2020.

NKOSI, D. F. O pênis sem o falo: Algumas reflexões sobre homens negros, masculinidades e racismo. In: BLAY, E. A. (coord.). Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra mulher. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. cap. 6, p. 75-104.

NOGUEIRA, C. Análise(s) do discurso: diferentes concepções na prática de pesquisa em Psicologia Social. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 24, n. 4, p. 475-481, 2008.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

SOUZA, D. I. et al. Manual de orientações para projetos de pesquisa. Novo Hamburgo: Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, 2013.

SPINK, M. J. Linguagem e produção de sentidos no cotidiano. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

VOLP, S. Homens pretos (não) choram. Rio de Janeiro: HarperCollins, 2022.

INTERFACES ENTRE ASPECTOS ÉTNICOS E RACIAIS E OUTRAS FORMAS DE DIVERSIDADE

ANDRÉ MELQUEZEDECK HECK SILVA¹

Quando tratamos de diversidade em contextos institucionais — deficiência visual, espectro autista, dificuldades de aprendizagem — é fundamental compreender essas vivências pelo prisma da interseccionalidade, conceito formulado por Kimberlé Crenshaw e amplamente aprofundado por autoras como Djamila Ribeiro.

Entendo que a interseccionalidade não representa a simples soma de marcadores sociais, mas uma sobreposição sistêmica de opressões que produz experiências singulares de exclusão.

Nos meus projetos voltados a inclusão e a diversidade, tanto no setor público quanto privado, incluindo minha atuação como psicólogo organizacional em um porto da região do Vale do Itajaí, onde desenvolvi projetos junto à comunidade e que tinha objetivo saúde mental e inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade (no caso mulheres e mulheres negras sem experiência portuária e em logística) em uma empresa líder no mercado. Pude observar diariamente como raça, gênero e deficiência se interligam.

Alguns exemplos dessa intersecção:

- Pessoas negras com deficiência visual lidam simultaneamente com o capacitismo e o racismo, o que implica acesso mais tardio a recursos especializados, menos investimento educacional e obstáculos adicionais para inclusão ao profissional.
- Pessoas negras autistas seguem pouco reconhecidas pelos serviços de saúde devido a estereótipos raciais que deslegitimam sua expressão emocional ou comportamental.

Muitas vezes, sinais de autismo são interpretados equivocadamente como “problemas de comportamento”.

- Crianças negras com dificuldades de aprendizagem são, frequentemente, rotuladas de forma pejorativa ou punidas por comportamentos que, em crianças brancas, seriam interpretados como necessidade de apoio pedagógico, o que dificulta a identificação e oferta de apoio para as crianças pretas e pardas, pois acabam sendo vistas como “bagunceiras”, ou “mal educadas”.

Por isso entendo que ao trabalhar com diversidade, é imprescindível reconhecer que o racismo estrutura as oportunidades e atravessa todas as outras formas de desigualdade presentes em nosso cotidiano.

RELAÇÃO ENTRE QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS E VULNERABILIDADE SOCIAL

Ao longo da minha atuação como psicólogo social em comunidades periféricas do Vale do Itajaí, tornou-se evidente que a vulnerabilidade social no Brasil tem cor. As comunidades mais expostas à violência, ao desemprego, à precariedade habitacional e às violências institucionais são majoritariamente compostas por pessoas negras.

Essa constatação dialoga diretamente com os conceitos de racismo estrutural e racismo ambiental. O racismo estrutural, conforme debate contemporâneo para compreender a manutenção de desigualdades históricas que se perpetuam por meio de políticas e práticas institucionais aparentemente “neutras”. Já o racismo ambiental

¹ Psicólogo com atuação em saúde mental corporativa, gestão e educação. Mestrando em Gestão, Administração e Liderança, possui MBA em Educação e Inovação, Gestão Empresarial e Atenção Psicossocial. Atuou nos portos brasileiros como psicólogo para Maersk e MSC, desenvolvendo programas de cuidado emocional para trabalhadores de alta complexidade. É presidente da Comissão de Direitos Humanos do CRP12, representante no Conselho Estadual de Direitos Humanos e membro do Conselho Municipal de Saúde de Itajaí. Dedicar-se a projetos voltados à saúde mental de homens e mulheres negras, conduz grupos reflexivos sobre masculinidade negra e lidera iniciativas de promoção de direitos, enfrentamento ao estigma e fortalecimento comunitário.

como populações negras e periféricas vivem em territórios mais afetados pela ausência de saneamento, transporte público e infraestrutura básica.

Para aprofundar esse entendimento, faço referência a Frantz Fanon, especialmente em *Os Condenados da Terra e Pele Negra, Máscaras Brancas*. Fanon demonstra que o colonialismo não gera apenas desigualdades econômicas, mas produz subjetividades violentadas, marcadas pela desumanização e pela internalização da desigualdade. Essa lógica ainda hoje ecoa nos corpos racializados que acompanhei na periferia: jovens e adultos que não só enfrentam privações materiais, mas também um ataque contínuo à sua autoestima, identidade e possibilidades de futuro.

Além disso, minha participação em comissões da OAB sobre relações étnico-raciais e em redes comunitárias reforça que essa vulnerabilidade não é fruto de escolhas individuais, mas de um sistema que distribui recursos, segurança e dignidade de forma desigual.

ADAPTAÇÃO DE PESSOAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL ÀS TECNOLOGIAS NO PÓS- PANDEMIA

A pandemia tornou explícita a desigualdade digital, reforçando desigualdades históricas. Nos territórios periféricos onde atuo, vi estudantes tentando acompanhar aulas pelo único celular da família, com internet intermitente, sem ambiente de estudo e sujeitos a estressores socioambientais que inviabilizavam o processo educacional.

Esse cenário pode ser compreendido a partir da ideia de "sociedade de risco", de Ulrich Beck, que argumenta que riscos contemporâneos não são distribuídos igualmente: recaem de forma mais intensa sobre grupos já vulnerabilizados.

Dessa forma, o acesso à tecnologia não pode ser reduzido à entrega de equipamentos. Para uma adaptação real, precisamos avançar em três frentes:

- **Infraestrutura:** acesso garantido à internet de qualidade, investimento público em conectividade e espaços comunitários digitalizados.

- **Capacitação:** programas de letramento digital que considerem a realidade sociocultural das famílias; formação para educadores no uso pedagógico das ferramentas digitais; e suporte para responsáveis que também enfrentam dificuldades tecnológicas.
- **Inclusão educacional ampliada:** políticas robustas que reconheçam as desigualdades territoriais, proponham metodologias híbridas sensíveis ao contexto e incluam tecnologias acessíveis para pessoas com deficiência ou neurodivergências.

Em minha prática, percebi que a desigualdade digital não afeta apenas o desempenho escolar, mas a saúde mental, o engajamento e a sensação de pertencimento, conforme apontado em levantamentos nacionais e estudos conduzidos pelo Senado Federal.

AVANÇO DAS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NA ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA

A Psicologia brasileira precisa consolidar uma prática abertamente antirracista, como orienta o Conselho Federal de Psicologia (CFP), reconhecendo o racismo como determinante direto de sofrimento psíquico. Não é mais possível sustentar uma suposta neutralidade quando as violências raciais atravessam a vida, o adoecimento e o acesso aos direitos da população negra. Alguns caminhos fundamentais:

Formação continuada: oferta de cursos, workshops e processos de sensibilização, como o que já conduzi em portos e organizações privadas, para qualificar psicólogos a compreenderem racismo estrutural, interseccionalidade e saúde mental da população negra.

Revisão curricular: inclusão obrigatória de conteúdos étnico-raciais na formação em Psicologia, garantindo repertório crítico, ético e politicamente comprometido com o enfrentamento do racismo.

Atuação comunitária: fortalecimento da Psicologia Social Comunitária, promoção da consciência crítica, organização coletiva e fortalecimento

identitário, em diálogo com a tradição de autores que articulam comunidade, participação e transformação social.

- Psicologia Social Comunitária, promoção da consciência crítica, organização coletiva e fortalecimento identitário, em diálogo com a tradição de autores que articulam comunidade, participação e transformação social
- Produção de conhecimento: ampliação das pesquisas sobre sofrimento psíquico de pessoas negras, racismo institucional e saúde mental nas periferias, tensionando modelos tradicionais de psicopatologia que desconsideram as relações de poder e violência racial.

Há um movimento institucional composto para estruturar comissões específicas de relações étnico-raciais no CFP e nos CRPs, e vários regionais já instituíram essas comissões por atos próprios. O Conselho Federal de Psicologia criou, por resolução, uma Comissão de Psicologia e Relações Étnico-Raciais no âmbito federal, com atribuições de promoção de debates, campanhas e incidências políticas sobre o tema no Sistema Conselhos, ancorada em normas como a Resolução CFP 18/2002, que estabelece disposições de atuação frente ao preconceito e à discriminação racial e afirma o compromisso com uma psicologia antirracista. Assim, a atuação de psicólogos e psicólogas precisa ter consciência de que os corpos negros não vivenciam o sofrimento de forma descolada das estruturas sociais, das políticas de morte e das desigualdades de acesso a direitos. Ignorar essas determinações é estimular a exclusão e produzir práticas coniventes com o racismo, em oposição ao mandato ético e político da Psicologia brasileira.

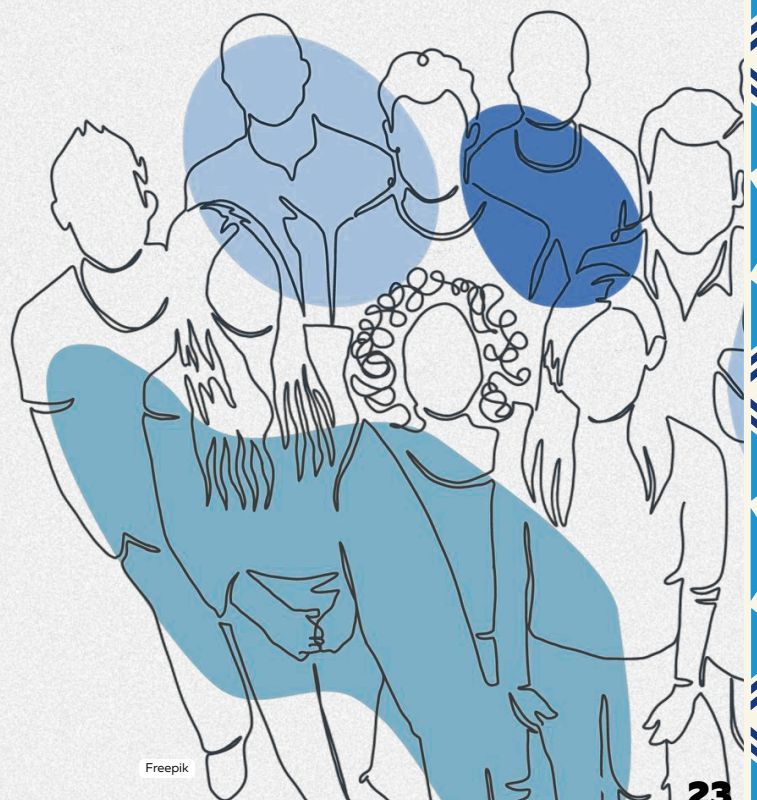
RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS COMO FATORES DE RISCO PSICOSSOCIAIS NO TRABALHO (NR- 1)

A atualização da NR-1, ao incluir fatores psicossociais como elementos a serem avaliados no contexto laboral, representa um avanço importante. No entanto, para que essa avaliação seja necessária reconhecer que o racismo institucional é, ele próprio, um fator de risco psicossocial.

Na minha atuação em saúde mental e inclusão no trabalho, observei que trabalhadores negros, especialmente mulheres, vivenciam:

- microagressões constantes, que se acumulam e produzem sofrimento crônico;
- desigualdade salarial e ausência de promoções;
- hipervigilância e cobrança excessiva, baseadas em estereótipos;
- invisibilização de competências e isolamento social;
- esgotamento emocional pelo esforço contínuo de provar pertencimento e capacidade.

Essas vivências são diretamente associadas a riscos psicossociais previstos na NR-1: estresse ocupacional, ansiedade, adoecimento mental, burnout, queda de produtividade e absenteísmo. Portanto, as empresas precisam ir além da conformidade normativa e adotar uma postura proativa e antirracista, garantindo ambientes psicologicamente seguros. Cultura organizacional saudável só é possível quando o racismo é reconhecido, enfrentado e removido das práticas de gestão.



IMAGENS DE CONTROLE E IMPACTOS PSICOSSOCIAIS DO USO DO INSTAGRAM EM MULHERES NEGRAS

CAMILI LEITE¹, LUÍZA DA SILVA RODRIGUES² E YURI DOS SANTOS ELLER VERZOLA³

RESUMO:

A experiência da mulher negra na contemporaneidade é estruturada e condicionada pelo racismo. Desde cedo em suas vidas, mulheres negras são incentivadas a negar e esconder seus traços, corpos e cultura. Até mesmo a estética e os padrões de beleza são enquadrados por essas ideias, almejando um ideal eurocêntrico. Esta pesquisa objetivou compreender a influência do Instagram em aspectos psicossociais de mulheres negras, bem como identificar as representações de mulheres negras que aparecem no Instagram e explorar os sentidos atribuídos por elas às representações das mulheres negras nessa mídia social. Teoricamente, a pesquisa é sustentada por autoras referência do feminismo negro, como Lélia Gonzalez, Patricia Hill Collins e Sueli Carneiro, explorando o conceito de imagens de controle. O caminho metodológico foi traçado por entrevistas semiestruturadas com cinco mulheres negras que utilizam o Instagram por 5 ou mais dias na semana. A partir dos dados, discutiu-se sobre o olhar para o corpo da mulher negra, sua aparência e sexualidade. Estabeleceu-se um diálogo com a imagem de controle da Jezebel, uma mulher manipuladora e sexualmente agressiva, com o conceito de "mulata" no Brasil, uma mulher negra glorificada e exaltada pela sua beleza, principalmente no carnaval, mas sistematicamente invisibilizada em outras áreas de sua vida. Os dados apontam a percepção das participantes sobre os discursos discrepantes acerca da sexualidade de mulheres brancas e negras no Instagram. Conclui-se que essas representações atuam no controle dos corpos e comportamentos de mulheres negras, com efeitos em sua autoestima e saúde mental.

PALAVRAS-CHAVE: mídias sociais; mulheres negras; racismo; sexismo.

INTRODUÇÃO

A vivência da mulher negra na contemporaneidade é construída e estruturada pelo racismo, perpetuado desde os tempos da escravidão no Brasil (Gonzalez, 2020). No mesmo pensamento de Lélia Gonzalez (2020) compreende-se que mulheres negras são coagidas desde cedo a negar suas raízes culturais negras, sentindo aversão por seus traços e corpos. O padrão de beleza presente no contexto brasileiro é pautado nos ideais de beleza eurocêntricos, em que a beleza vem sendo associada a cor de pele branca desde o século XIX. Ao passo que a pele branca é símbolo de saúde, status, riqueza e limpeza, a pele escura é associada a sujeira e doença, sendo descrita como "pele

encardida" (Sant'Anna, 2014). Essa é uma violência que se dá de modo invisível, como efeito da hegemonia da branquitude, que impacta de modo negativo a subjetividade, sexualidade, autoestima, auto representação e afetividade dessas mulheres (Carneiro, 2003). Ainda, seguindo esta mesma autora, argumenta-se sobre a necessidade de olhar para as questões de gênero não somente pelo viés do sexismo, mas também a partir da questão racial, uma vez que, a interseccionalidade do sexismo e do racismo na mulher negra produz vivências muito específicas para esse grupo.

¹ Graduanda em Psicologia na UNIVALI.

² Graduanda em Psicologia na UNIVALI.

³ Prof. Me. do Curso de Psicologia da UNIVALI.

Na sociedade brasileira do séc. XXI, as mídias sociais ocupam um lugar de destaque no cotidiano e permeiam os espaços públicos e privados, impulsionadas pelo surgimento e popularização de plataformas como o Instagram. Logo, dada esta crescente expansão, urge-se olhar para o modo como as mídias sociais, por um lado, facilitam a comunicação entre as pessoas e a produção de saberes e conteúdos, e por outro, contribuem para a manutenção de uma sociedade discriminatória e racista (Silva, 2022).

Neste sentido, as mídias sociais atuam como perpetuadoras das ideias da branquitude, construídas desde o período colonial, suscitando a negação e a atribuição de caráter qualitativo e moral negativos a traços estéticos e culturais negros (Bento, 2022).

De acordo com Collins (2019), a opressão ocorre em qualquer situação injusta onde um grupo nega a outro grupo acesso aos direitos humanos de modo sistematicamente organizado e por um longo período de tempo. Portanto, a opressão vivenciada pelas mulheres negras ocorre em três dimensões: a econômica, através da exploração do trabalho das mulheres negras, a política, através da negação ao acesso à direitos e a ideológica, através das imagens de controle.

Em sua obra, Collins (2019), conceitua imagens de controle, que são representações utilizadas pelos grupos dominantes com o objetivo de perpetuar padrões de violência e dominação estruturados desde os tempos da colonização. A autora afirma que, articuladas dentro dos padrões estabelecidos pela branquitude, as imagens de controle associadas às mulheres negras são, comumente, baseadas em estereótipos emitidos a partir das categorias sexualidade e raça, sendo utilizadas como uma forma de naturalizar e justificar a perpetuação da violência e vigilância que estruturam as vivências das mulheres negras e buscar a subordinação dessas mulheres. no (2019) atualiza esse conceito para o contexto brasileiro, afirmando que as imagens de controle possibilitam que os sistemas interconectados de dominação de raça, gênero, sexualidade e classe perpetuem um

simbólico estrutural que sustenta estereótipos e controla o comportamento de mulheres negras, além de justificar sua exploração. A partir desse entendimento, é fundamental destacar o papel das mídias na propagação massiva e constante dessas imagens, possibilitando que a branquitude não assuma sua responsabilidade perante a violência e exploração econômica contínua vivenciada pelas pessoas negras e indígenas. Assim, as mídias reproduzem as ideologias que tornam possível a manutenção das estruturas racistas (Collins, 2019).

Logo, destaca-se a necessidade de olhar para os impactos que o racismo, a discriminação e a vulnerabilidade vivenciados pelas pessoas negras acarretam nas dimensões psicológicas e sociais. Nesse sentido, o estudo desta temática pode contribuir para a ampliação dos conhecimentos disponíveis sobre gênero e raça na área da psicologia.

Diante disso, esta pesquisa objetivou compreender a influência do Instagram nos aspectos psicossociais de mulheres negras. Ademais, buscou identificar as representações de mulheres negras que aparecem no Instagram e explorar os sentidos atribuídos por elas às representações das mulheres negras nessa mídia.

MÉTODO

O presente estudo é caracterizado como uma pesquisa qualitativa e exploratória (Gil, 2022). A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada, aplicada de modo individual para cada participante. As entrevistadas foram convidadas a partir da rede pessoal dos pesquisadores. A seleção das participantes foi realizada através da técnica de amostragem "bola de neve" ou Snowball (Bockorni; Gomes, 2021).

O convite foi realizado por contato telefônico e a entrevista foi realizada de modo online, por videochamada. O consentimento para a participação foi por meio de assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A entrevista foi gravada e transcrita para análise. A metodologia de análise de dados adotada na pesquisa é a análise de conteúdo temática (Bardin, 2016; Gomes, 2007).

A pesquisa foi submetida para avaliação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Itajaí e aprovada sob parecer nº 6.865,251 e CAAE 78530424.0.0000.0120.

Foram adotados como critérios de inclusão mulheres que se auto identificam como negras e que utilizam o aplicativo Instagram por 5 ou mais dias na semana. Já como critérios de exclusão foi considerado: utilizar somente perfil compartilhado com outras pessoas, utilizar somente perfil profissional e não compartilhar fotos e vídeos no seu perfil pessoal. Ao total participaram da pesquisa cinco mulheres, para os quais foram adotados os nomes fictícios Alice, Beatriz, Carla, Daniela e Elena. Foram escolhidos nomes comuns brasileiros em ordem alfabética, buscando preservar o sigilo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo contou com a participação de cinco mulheres negras, com idades entre 20 e 28 anos. Dentre as participantes, somente uma não chegou a cursar o ensino superior, possuindo o ensino médio completo. As cargas horárias de trabalho das entrevistadas foram bastante variadas, de 10 a 40 horas semanais. Além disso, três participantes são solteiras e duas casadas ou em união estável. Duas das entrevistadas possuem filhos. Para a escrita deste estudo, serão destacados trechos de entrevista de duas participantes, Alice e Daniela, pois são falas que sintetizam e representam as das demais participantes.

A partir da coleta de dados e análise das respostas das mulheres entrevistadas, foi identificado a presença de certas imagens femininas sendo representadas nas mídias sociais, influenciando o pensamento e o comportamento das mulheres nas mídias e na vida fora das telas. No presente artigo será dado destaque a imagem de controle da mulher negra hipersexualizada, inspirada pelas autoras Collins (2019) e Gonzalez (2020). Tais imagens foram articuladas com conceitos de autores nacionais e internacionais e com artigos acadêmicos que debatem sobre a temática.

As imagens de controle deste estudo são referentes a hipersexualização, sendo nomeadas como a

a Jezebel (Collins, 2019) e a mulata (Gonzalez, 2020). Elas foram criadas e existem como instrumentos de poder que foram historicamente traçados no intuito de justificar e manter opressões das classes subordinadas, sobretudo as mulheres negras (Collins, 2019, Gonzalez, 2020).

Collins (2019), discorre a respeito da Jezebel, termo concebido e atribuído às mulheres negras na época da escravidão estadunidense, que descreve uma mulher sexualmente agressiva, naturalmente promíscua, de apetite sexual excessivo e com grande capacidade reprodutiva. No contexto bíblico do antigo testamento Jezebel é a esposa do Rei Acabe de Israel. Descrita como uma mulher perversa e um símbolo de malícia e manipulação, Jezebel teria sido considerada a porta de entrada para as formas mais condenáveis de idolatria em Israel, substituindo a adoração ao Deus cristão e sendo responsável por eliminar seus servos fiéis. Além disso, Jezebel é utilizada no novo testamento como um símbolo de idolatria, imoralidade sexual e fornicção (Bíblia Sagrada, 2023).

Collins (2019) afirma que socialmente, essa imagem foi estrategicamente estabelecida para legitimar os ataques sexuais que as mulheres negras sofriam por parte dos homens brancos, além de justificar a exploração econômica e reprodutiva dessas mulheres, "se as mulheres negras escravizadas eram retratadas como detentoras de um apetite sexual excessivo, o resultado esperado seria o aumento da fecundidade" (Collins, 2019, p.187). A mesma autora ilustra que, em decorrência disso, as mulheres escravizadas (Jezebéis) eram forçadas a trabalhar no campo e a se dedicar aos cuidados das famílias brancas, o que resultava em suas redes familiares enfraquecidas, uma vez que se distanciavam destas.

A entrevistada Daniela, quando questionada sobre seguir mulheres não-negras nas mídias sociais e quais as diferenças que identificava entre perfis de mulheres negras e não negras, comenta: "[...] Aparece lá a [influenciadora digital branca] com um look X. Aplausos, 'tá muito linda' [...]. Vai uma mulher negra usar a mesma roupa? 'Gente, nossa, mas o que é isso?' [...].

E daí entra toda uma questão da hipersexualização da mulher negra, né? [...] Mas é uma coisa que acontece muito. Se uma mulher branca posta uma foto com uma roupa um pouquinho mais sensual [...] ela ainda pode ser vista como uma mulher para casar. Mas se uma mulher negra posta, pode até ser com a mesma roupa, as pessoas falam: 'Nossa, mas é uma...' e aí começam os termos pejorativos: 'Essa daí não é pra casar, essa daí é só pra...'. Em sua fala, a participante expõe as diferenças entre os comentários dirigidos às mulheres negras e brancas expostas no Instagram e como estes comentários estão conectados com a ideia de hipersexualização da mulher negra.

O termo "mulata" é uma palavra com conotação racista, mas optou-se pela utilização desse termo pois é utilizado pela autora González (2020), mesmo que os autores deste estudo não concordem com a utilização dessa palavra. A mulata atualiza a Jezebel em solo brasileiro e é representada como uma mulher glorificada em datas comemorativas, como o carnaval, exaltada pela beleza e sexualidade, hipersexualizada e desejada por homens brancos. Fora do contexto de fetichização, a mulata é invisibilizada ou tratada com desprezo, realocada para o lugar de posições subordinadas e mal remuneradas, muitas vezes, um local de servidão e exploração.

No Brasil, a imagem da mulata é profundamente associada ao mito da democracia racial, ideologia que sustenta a noção de que o Brasil é um país miscigenado e pacífico, onde não existem divisões ou tensões raciais significativas. A mulata, é exaltada e cobiçada pelo homem branco e transformada em objeto de desejo no contexto do carnaval. Todavia, é evidenciada a superficialidade da exaltação e espetacularização presentes no cenário do carnaval, evento onde a convivência racial é supostamente harmoniosa (Gonzalez, 2020).

Em outro momento, a entrevistada Daniela destaca: "Por exemplo, [...] eu posteí uma foto [...] Eu estava vestida normal. Eu não costumo [usar] roupas muito decotadas ou curtas. [...] E aí eu posteí uma foto da maneira que eu me visto normalmente e a pessoa colocou lá que eu estava parecendo a Globeleza.

Acho que ela achou que era um elogio, né? Eu parei para pensar, 'cara, o que a Globeleza representa?' [...] A Globeleza nada mais seria do que uma mulher negra hipersexualizada." Como retratado por Santos (2018), a Globeleza materializa o estereótipo da "mulata exportação", uma figura que representa o desejo masculino, perpetuando a imagem da mulher negra como objeto de prazer.

Em contrapartida, evidenciando a dicotomia da imagem da mulata no contexto midiático brasileiro, a mulher negra vem sendo representada em um lugar de serventia, hierarquização e subordinação, conforme apontado por Alice: "[...] fui a pessoa que cresceu com as novelas onde mulheres negras estavam nas posições baixas das classes sociais, então geralmente era uma empregada doméstica, uma faxineira, era a negra da periferia." Nascimento (2023) destaca como esses estereótipos limitam a visão da identidade negra, perpetuando uma narrativa que ignora a complexidade e a diversidade das experiências vividas por mulheres negras ao longo da história brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa pesquisa, foi possível compreender os efeitos psicossociais do uso do Instagram por mulheres negras. Tal influência ocorre pela midiaticização de imagens de referência, como a imagem da mulher negra hipersexualizada, que objetiva o controle dos corpos e comportamentos das mulheres, o que impacta aspectos da sua autoestima e saúde mental.

Ainda, faz-se necessário ressaltar que este texto aborda somente uma parte da pesquisa realizada, que discute mais imagens de controle que não foram mencionadas por uma limitação deste recorte. Por não ser o foco do estudo, este não contemplou as especificidades vivenciadas por mulheres LGBTQIAP+ e mulheres indígenas. Logo, é fundamental destacar que, visto que a amostra utilizada na presente pesquisa é pequena, urge-se a realização de pesquisas que compreendam amostras mais amplas e de outros contextos brasileiros. Outrossim, considerando a abrangência da temática abordada, é fundamental a continuidade de pesquisas acerca do racismo e que explorem as violências vivenciadas por mulheres

negras na sociedade, bem como estudos que abordem aspectos de resistência, empoderamento e criatividade das mulheres negras no contexto brasileiro.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. 6. ed. Lisboa: Editora 70, 2016.

BENTO, C. *Pacto da branquitude*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução de Fernando. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora NVI, 2023.

BOCKORNI, B. R. S.; GOMES, A. F. A Amostragem em Snowball (Bola de Neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração. *Revista De Ciências Empresariais Da UNIPAR*, Umuarama, v. 22, n. 1, p. 105-117, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.25110/receu.v22i1.8346>. Acesso em: 25 nov. 2025.

BUENO, W. de C. Processos de resistência e construção de subjetividades no pensamento feminista negro: Uma possibilidade de leitura da obra *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment* (2009) a partir do conceito de imagens de controle. 2019. 152 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/8966>. Acesso em: 25 nov. 2025.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 43, p. 117-133, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>. Acesso em: 25 nov. 2025.

COLLINS, P. H. *Pensamento feminista negro: Uma perspectiva da experiência*. 2. ed. São Paulo: Editora Mulheres, 2019.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. de S.; GOMES, S. F. D. R. (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções e diálogos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NASCIMENTO, M. B. O racismo na mídia. *Esferas*, [s. l.], n. 28, 2023. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/14942>. Acesso em: 25 nov. 2025.

SANT'ANNA, D. B. *História da beleza no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

SANTOS, J. C. F. dos. O espetáculo da mulher negra nua na televisão: um estudo de caso sobre a Globeleza. *Revista Brasileira de Iniciação Científica em Comunicação Social*, [S. l.], v. 7, n. 1, 2018. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/iniciacom/article/view/2931>. Acesso em: 25 nov. 2025.

SILVA, T. *Racismo algorítmico: Inteligência artificial e discriminação nas redes digitais*. São Paulo: Edições SESC SP, 2022.



DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA: REFLEXÕES A PARTIR DE UMA SALA TEMÁTICA

MICHELLY FRANK MARQUES DOS SANTOS¹, CHANCARLYNE VIVIAN² E ÁLVARO CIELO MAHL³

RESUMO:

A diversidade étnica e racial constitui um eixo fundamental para a compreensão da produção do conhecimento em Psicologia no Brasil e dos compromissos éticos que orientam a prática profissional. Assim, o objetivo do estudo é relatar a experiência da construção de uma sala temática voltada ao debate das relações étnico-raciais. A proposta foi elaborada no componente curricular de Prática Profissional e Inserção Comunitária II, do curso de Psicologia de uma universidade de Santa Catarina. Os resultados evidenciam que as vivências oportunizaram aos estudantes aprendizagens significativas, por descoberta e, simultaneamente, favoreceram a construção de uma postura ética e crítica diante do enfrentamento ao racismo, alinhando-se às diretrizes do Conselho Federal de Psicologia. Dessa forma, a integração entre prática acadêmica, aprendizagem significativa e educação antirracista contribui para uma compreensão mais aprofundada da diversidade e das relações étnico-raciais, alinhando-se aos princípios do Código de Ética Profissional do Psicólogo, especialmente no que se refere à promoção da dignidade humana, à defesa da equidade e ao enfrentamento de práticas discriminatórias.

PALAVRAS-CHAVE: aprendizagem por descoberta; aprendizagem significativa; diversidade étnico-racial ética profissional, psicologia.

INTRODUÇÃO

A temática da diversidade étnico-racial convida a Psicologia a promover reflexões críticas e permanentes acerca das formas pelas quais o racismo estrutura saberes, práticas profissionais e processos de subjetivação. Compreender esses atravessamentos implica reconhecer que as desigualdades históricas influenciam os modos como o conhecimento psicológico é produzido, ensinado e aplicado. Dessa forma, a integração entre prática acadêmica, aprendizagem significativa e educação antirracista contribui para uma compreensão mais profunda da diversidade e das relações étnico-raciais, fortalecendo o compromisso ético com a equidade e os princípios que orientam o exercício profissional da Psicologia (Silva, 2023).

Para isso, o artigo descreve uma atividade realizada por estudantes do segundo período do curso de Psicologia de uma universidade de Santa Catarina, desenvolvida no contexto da Semana da Diversidade. Na ocasião, foi desenvolvida uma sala temática intitulada "Diversidade Étnica e Racial na Psicologia", cujo objetivo foi promover reflexões sobre o papel da Psicologia nas relações étnico-raciais e estimular a construção ativa do conhecimento. A proposta buscou integrar teoria, prática e sensibilização, proporcionando um espaço de diálogo, investigação e aprendizagem crítica.

Historicamente, o racismo estrutural atravessa instituições, subjetividades, políticas públicas e

¹ Graduanda em Psicologia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC).

² Psicóloga CRP-12/13464. Professora do curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC). Mestra e Doutoranda em Ciências da Saúde pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ). Especialista em Avaliação Psicológica e Pós-Graduada em Comportamento Humano nas Organizações pela UNOESC.

³ Professor do curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC). Mestre em Psicologia do Desporto e do Exercício pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

relações sociais no Brasil, afetando diretamente modos de vida, oportunidades e acessos.

Portanto, discutir relações étnico-raciais na Psicologia é uma exigência ética e política. O Conselho Federal de Psicologia, por meio de documentos como Psicologia e Relações Raciais (CFP, 2022) e da Resolução CFP 18/2002, orienta que o profissional deve posicionar-se ativamente contra qualquer forma de preconceito e discriminação racial.

Já o Código de Ética Profissional (CFP, 2005) reforça que o exercício da Psicologia deve promover dignidade, liberdade, igualdade e respeito às diferenças humanas.

Sob essa perspectiva, é necessário que a formação em Psicologia inclua vivências que desenvolvam consciência crítica sobre o racismo, ampliem o olhar sobre desigualdades e fortaleçam o compromisso ético com os direitos humanos.

A sala temática foi construída com esse propósito, utilizando painéis, imagens, vídeos, frases de impacto e recursos interativos que retratavam a história das relações étnico-raciais no Brasil e na Psicologia. O percurso abordava desde o longo período da escravidão e suas consequências, o impacto das teorias eugenistas e da branquitude na constituição da ciência psicológica, até os movimentos de resistência, reconstrução e crítica ao longo do século XX. Os materiais apresentavam ainda o papel de intelectuais como Nina Rodrigues e Galton, a ideologia do branqueamento, o mito da democracia racial desmontado pelo Projeto UNESCO, além de avanços contemporâneos como as discussões sobre interculturalidade, diálogos com saberes indígenas e africanos e as políticas do Sistema Conselhos em defesa dos direitos humanos e do enfrentamento ao racismo.

O conteúdo foi apresentado como forma de aproximar os participantes da construção do saber psicológico em conformidade com as relações étnico-raciais, auxiliando cada um a ampliar seu olhar, conhecendo diferentes contribuições para o campo da Psicologia. A atividade fomentou a curiosidade científica, o diálogo coletivo e o

envolvimento sensível dos estudantes, articulando os conteúdos trabalhados em sala de aula com experiências práticas e reflexões mais aprofundadas.

A experiência demonstrou que o envolvimento ativo dos estudantes, integrado às teorias de Ausubel, Novak e Bruner, possibilita que a aprendizagem ocorra de maneira significativa, potencializando a compreensão de conteúdos sensíveis, como as relações raciais. A aprendizagem torna-se mais profunda quando o estudante constrói significados, investiga, descobre e estabelece conexões afetivas com o tema estudado. Além disso, documentos como a Resolução CFP 18/2002 e o Código de Ética Profissional (CFP, 2005) destacam que o psicólogo tem o dever ético de combater qualquer forma de preconceito racial, reforçando a importância de práticas formativas que preparem futuros profissionais para reconhecer, analisar e enfrentar o racismo.

A relevância da temática é notável, tendo em vista que um dos papéis fundamentais do profissional de Psicologia é sustentar o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Cabe ao psicólogo atuar na promoção da saúde e da qualidade de vida das pessoas e coletividades, contribuindo para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (CFP, 2005). Assim, estudar a diversidade étnico-racial durante a formação é essencial para compreender as raízes históricas das desigualdades, identificar manifestações contemporâneas do racismo e desenvolver práticas profissionais alinhadas à justiça social e à equidade.

DESENVOLVIMENTO

A construção da sala temática possibilitou um processo de aprendizagem ativo e profundo, articulando dimensões cognitivas, afetivas, sociais e éticas. A teoria da Aprendizagem Significativa, proposta pelo psicólogo norte-americano David Paul Ausubel, em sua obra *The Psychology of*

Meaningful Verbal Learning (1963), foi essencial para compreender esse processo. Segundo o autor, a aprendizagem torna-se mais efetiva quando novos conteúdos se relacionam às estruturas cognitivas pré-existentes, permitindo atribuição de sentido. Dessa forma, os estudantes atribuem significado ao que aprendem a partir da relação com seus conhecimentos prévios, o que torna o aprendizado mais eficiente e duradouro. Ausubel (1976) estabeleceu duas condições fundamentais para que ocorra a aprendizagem significativa: o material deve ser potencialmente significativo, e o aprendiz deve ter predisposição para aprender, ou seja, é essencial que esteja disposto a aprender de maneira ativa e consciente.

Durante a atividade, os estudantes pesquisaram conceitos, discutiram ideias e relacionaram seus conhecimentos prévios sobre Psicologia, sociedade e raça aos novos saberes investigados. Esse movimento favoreceu a construção de significados mais amplos e complexos, aproximando os conteúdos acadêmicos da realidade social.

A influência da afetividade, aspecto importante observado na atividade, também é relevante no processo de aprendizagem significativa. Joseph Novak, coautor da segunda edição da obra de Ausubel, *Educational Psychology: A Cognitive View* (1978), contribuiu significativamente ao aprofundar a relação entre aprendizagem significativa e afetividade. Para ele, a educação é um conjunto de experiências cognitivas, afetivas e psicomotoras que favorecem o desenvolvimento do indivíduo para lidar com a vida diária (Moreira, 2006).

Assim, compreende-se que a relação estabelecida entre o conteúdo e os sujeitos envolvidos deve ser significativa também do ponto de vista afetivo, pois esses aspectos fortalecem a construção e a retenção do conhecimento.

Isso ficou evidente na vivência da sala temática, que exigiu sensibilidade e abertura emocional para compreender as experiências históricas e sociais relacionadas ao racismo e ao preconceito étnico. O engajamento afetivo torna-se fundamental para mobilizar empatia, interesse e reflexão crítica sobre

desigualdades raciais, aspectos essenciais para formar profissionais capazes de acolher, compreender e atuar diante das manifestações do racismo na subjetividade humana.

Jerome Bruner, psicólogo pioneiro na psicologia cognitiva e educação (1956), por meio de sua teoria de Aprendizagem por Descoberta, afirma que o estudante aprende de forma mais profunda quando participa ativamente do processo, investigando e explorando conceitos. Para Bruner, quando o estudante descobre conceitos e respostas por si mesmo, sua curiosidade é estimulada, seu envolvimento aumenta e a aprendizagem torna-se mais duradoura.

As características essenciais da Aprendizagem por Descoberta: exploração ativa; estímulo à curiosidade e ao interesse; aprendizado indutivo, no qual princípios são descobertos, e não apenas memorizados; solução de problemas a partir de hipóteses e experimentações; e autonomia no processo de aprender, desenvolvendo habilidades cognitivas mais complexas. Todas essas características ficaram evidentes na construção da sala temática, pois foi notório que os alunos demonstraram interesse genuíno pela atividade, exploraram possibilidades, investigaram conceitos relacionados à diversidade étnica e racial na Psicologia e, a partir de suas descobertas, construíram conhecimentos mais profundos, autônomos e significativos (Bruner, 1960).

Na elaboração da sala temática, os estudantes levantaram hipóteses, selecionaram materiais, discutiram possibilidades e tomaram decisões sobre como apresentar a temática de forma significativa. Esse percurso investigativo favoreceu autonomia, organização do pensamento, curiosidade científica e engajamento do grupo, características centrais para a formação em Psicologia.

A articulação entre aprendizagem significativa, afetiva e por descoberta contribuiu diretamente para a compreensão crítica das relações étnico-raciais.

O tema exige mais do que memorização de conceitos: envolve sensibilidade, postura ética, reflexão social e consciência histórica. O racismo estrutural atravessa subjetividades e instituições, produzindo consequências concretas para a saúde mental e para as relações humanas. Assim, compreender esse fenômeno de forma significativa é fundamental para que futuros psicólogos possam atuar de maneira crítica, ética e responsável.

É de grande valia, ao se falar em relações raciais, conhecer a educação antirracista, amparada pelas Leis n. 10.639/2003 e n. 11.645/2008, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996) e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Essas normativas têm como foco principal a garantia do ensino da história e cultura dos povos negros e indígenas no contexto educacional brasileiro e foram criadas justamente para romper com estereótipos de inferiorização, combatendo o racismo (Santos, 2017, p. 68).

De acordo com o CFP (2022), a Psicologia tem compromisso social com o enfrentamento do racismo e deve promover práticas antirracistas em todos os espaços de atuação. A Resolução CFP 18/2002 reforça que o psicólogo deve combater qualquer forma de discriminação racial e orientar sua prática pelo respeito aos direitos humanos. Já o Código de Ética Profissional estabelece que o psicólogo deve promover dignidade, liberdade, igualdade e justiça, o que inclui reconhecer e enfrentar desigualdades raciais.

Diante disso, a aprendizagem sobre diversidade étnico-racial durante a graduação não pode ser superficial. É necessário que seja significativa, afetiva e reflexiva, para que contribua para a formação de uma postura ética sólida. Quando o estudante compreende profundamente o impacto do racismo, torna-se capaz de identificar práticas discriminatórias, acolher demandas relacionadas às violências raciais e atuar com responsabilidade social. A experiência da sala temática mostrou que vivências práticas favorecem esse tipo de construção, pois integram conhecimento

acadêmico, investigação ativa e sensibilização.

Além de ampliar conhecimentos teóricos, a atividade promoveu consciência ética ao aproximar os estudantes das diretrizes do CFP. Compreender que a Psicologia tem compromisso com o enfrentamento do preconceito racial reforça a importância de formações que desenvolvam análise crítica e responsabilidade profissional. Dessa forma, a atividade contribuiu tanto para a construção do conhecimento quanto para o desenvolvimento ético e político necessário ao exercício da Psicologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

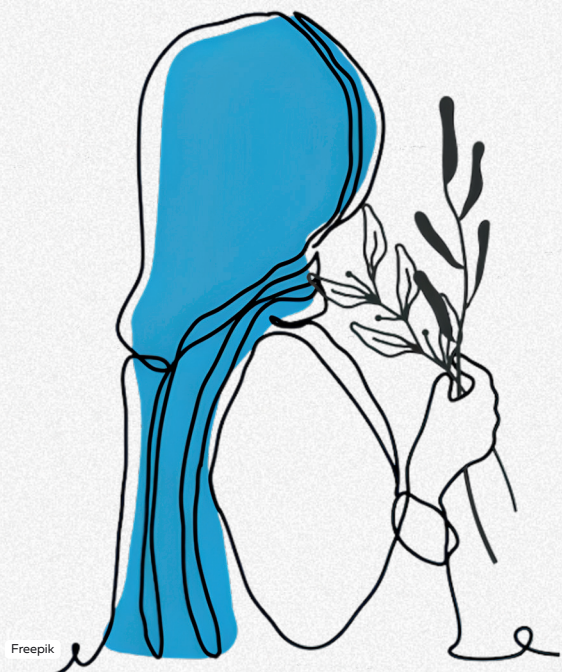
O estudo, que objetivou relatar a experiência da construção de uma sala temática voltada ao debate das relações étnico-raciais, proporcionou uma vivência significativa integrando teoria, prática e reflexão crítica. A experiência permitiu que os estudantes compreendessem as relações raciais de maneira mais ampla, relacionando conhecimentos acadêmicos ao contexto social e às implicações éticas da Psicologia.

A atividade demonstrou que a aprendizagem significativa e por descoberta fortalece a formação crítica do profissional de Psicologia, especialmente quando associada a temas socialmente sensíveis, como o racismo. Além disso, favoreceu o desenvolvimento de uma postura ética alinhada às diretrizes do Conselho Federal de Psicologia, reforçando que a profissão exige compromisso com o combate ao preconceito e com a promoção de práticas antirracistas.

Assim, iniciativas pedagógicas que articulam teoria e prática, promovem investigação ativa e estimulam reflexões éticas são fundamentais para a formação em Psicologia. A integração entre aprendizagem e ética fortalece o desenvolvimento de profissionais comprometidos com a transformação social e com o enfrentamento das desigualdades raciais, contribuindo para uma Psicologia humanizada e alinhada aos direitos humanos, à promoção da saúde e da qualidade de vida das pessoas e das coletividades, bem como à atuação responsável pautada pelo contínuo aprimoramento profissional.

REFERÊNCIAS

- AUSUBEL, David P. *Educational Psychology: A Cognitive View*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1968.
- BRUNER, Jerome. *The Process of Education*. Cambridge: Harvard University Press, 1960.
- CASTELAR, Mônica; SANTOS, Ricardo. *Diversidade Étnico-Racial e Educação: Perspectivas e Desafios*. São Paulo: Cortez, 2012.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. Brasília: CFP, 2005.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Psicologia e Relações Raciais: Contribuições para a Prática Profissional*. Brasília: CFP, 2022.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Resolução CFP nº 18/2002: Dispõe sobre o preconceito e discriminação racial e o exercício profissional da Psicologia*. Brasília: CFP, 2002.
- MOREIRA, Marco Antônio. *Aprendizagem Significativa: A Teoria de David Ausubel*. São Paulo: Centauro, 2006.
- NOVAK, Joseph. *Learning, Creating, and Using Knowledge*. Mahwah: Lawrence Erlbaum, 1998.
- OLIVEIRA, Nathália Pereira de; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira. *Escrevivências: possibilidades para uma educação antirracista*. *Revista Brasileira de Educação*, v. 28, e280101, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782023280101>.
- SILVA, Anne Bittencourt Santos e. *Olhares e Produções de Saberes: Narrativas da Psicologia acerca das Relações Raciais*. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 43, e253358, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003253358>.
- SILVA, Otavio Henrique Ferreira da; OLIVEIRA, Grasiela Ramos de. *A educação das relações étnico-raciais nas instituições de educação infantil em Minas Gerais*. *Revista Brasileira de Educação*, v. 29, e290077, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782024290077>.



A TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL CULTURALMENTE ADAPTADA, O RACISMO INTERNALIZADO EM CRIANÇAS NEGRAS E O CONTEXTO CATARINENSE

AUTORES*: PAULO ROBERTO BERNARDO E SILVA^[1] E RAMIRO RODRIGUES CONI SANTANA^[1]

RESUMO:

Este artigo discute a relevância ética, clínica e técnica da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) culturalmente adaptada ao enfrentamento do racismo internalizado em crianças negras, com atenção às peculiaridades do contexto catarinense. Fundamentado em marcos bioéticos internacionais e nacionais, como a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos e o Código de Ética Profissional do Psicólogo, o texto sustenta que o reconhecimento do racismo como fator estruturante de sofrimento psicológico constitui uma exigência ética da prática clínica. O racismo internalizado é compreendido como um processo psicossocial complexo, no qual experiências históricas, microagressões cotidianas e mensagens socioculturais produzem crenças centrais negativas, estratégias compensatórias e prejuízos ao desenvolvimento emocional, à autoestima e ao senso de pertencimento de crianças negras. O artigo analisa como tais processos se manifestam de forma particularmente aguda no contexto escolar e são intensificados, em Santa Catarina, por uma história regional marcada pela valorização simbólica da branquitude e pela invisibilização da população negra. Nesse cenário, a TCC culturalmente adaptada é apresentada como um modelo clínico robusto para identificar, compreender e intervir sobre esquemas cognitivos racializados, desde que incorpore adaptações como conceitualização de caso ampliada, validação explícita do racismo, broaching, humildade cultural e fortalecimento da identidade racial positiva. Conclui-se que intervenções psicoterapêuticas culturalmente sensíveis são fundamentais para reduzir os impactos do racismo internalizado e promover trajetórias de desenvolvimento mais saudáveis e equitativas para crianças negras.

PALAVRAS-CHAVE: adaptação cultural; psicologia baseada em evidências; psicoterapia infantil; racismo internalizado; terapia cognitivo-comportamental.

INTRODUÇÃO

A inclusão de questões raciais na prática clínica com crianças negras constitui uma exigência ética sustentada por marcos internacionais e nacionais que orientam o cuidado em saúde e a atuação psicológica com grupos vulneráveis. A Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos (UNESCO, 2005), estabelece princípios como respeito à dignidade humana, benefício, não maleficência e justiça, indicando que práticas em ciência e saúde devem considerar vulnerabilidades sociais e desigualdades estruturais que afetam de maneira singular determinados grupos minorizados (Scott, Prola, Siqueira & Pereira, 2018; Maggi, 2009).

Ao incluir entre seus fundamentos igualdade, equidade, não-discriminação, não-estigmatização, respeito à diversidade cultural e pluralismo, o documento citado assinala que profissionais têm responsabilidade ética de reconhecer e enfrentar formas de exclusão que incidem sobre populações historicamente marginalizadas, como no caso da população negra no Brasil. O enfrentamento do racismo no contexto clínico, além de demanda social, é requisito dos princípios bioéticos internacionais voltados à proteção da dignidade e cuidado responsável com populações vulnerabilizadas (UNESCO, 2005).

[1] Psicólogo com ênfase em Avaliação Neuropsicológica Clínica e Forense (CRP 12/23193), historiador pela UFSC (atualmente inativo), Coordenador Técnico do Centro Clínico Arco-Iris e Conselheiro do CRP-SC Gestão 2025/2028

[1] Psicólogo (CRP-03/12770), doutor em Psicologia, Pesquisador, psicólogo clínico e supervisor, Diretor do INCEDUC – Instituto Coni de Educação Continuada.

Nacionalmente, o Código de Ética do Psicólogo (CFP, 2005), reforça esse direcionamento ao afirmar que a atuação profissional se fundamenta no respeito e na promoção da liberdade, dignidade, igualdade e integridade humana. Ao exigir que o trabalho do psicólogo respeite a autonomia das pessoas, grupos e instituições, o Código de Ética convoca o profissional a reconhecer como experiências de racismo podem limitar e comprometer o desenvolvimento emocional, afetando a construção positiva da identidade de crianças negras. Ao assumirmos a promoção da igualdade e prevenção de danos como princípios éticos da profissão, incluímos por consequência o reconhecimento do racismo como fator de sofrimento psicológico e vulnerabilidade social.

A partir desses marcos éticos, compreende-se que discutir racismo na prática clínica é exigência decorrente da responsabilidade profissional frente às condições que moldam o sofrimento psicológico da população negra. Compreender o racismo como parte constitutiva da realidade brasileira torna-se indispensável para qualquer intervenção comprometida com o desenvolvimento saudável de crianças negras. É importante situar o racismo como uma forma de violência estrutural historicamente organizada, que opera como mecanismo de segregação e desigualdade e que se inscreve nas trajetórias sociais desde a formação econômica e política do Brasil (Chaves, 2006). Essa compreensão amplia o horizonte clínico ao demonstrar que o sofrimento não se reduz a fatores individuais, mas emerge de processos sociais que atravessam, limitam e organizam as possibilidades de existência de crianças negras. O racismo não se manifesta apenas em estruturas sociais amplas, mas também na interioridade, constituindo modos de pensar, sentir e se perceber no mundo. Essa forma de racismo subjetivamente integrada tem sido denominada de racismo internalizado (Steele & Newton, 2022).

EFEITOS DO RACISMO NO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS NEGRAS

O racismo internalizado é caracterizado por uma aceitação, por parte de indivíduos racializados, de ideias de inferioridade, estereótipos negativos e padrões normativos brancos, produzindo impactos significativos sobre a autoestima, a ansiedade e o bem-estar psicológico (Steele & Newton, 2022). Esse processo envolve a formação de crenças centrais negativas — como “não pertença” ou “não sou suficiente” —, crenças intermediárias rígidas e estratégias compensatórias que podem incluir evitação, conformidade ou hiperesforço, todas elas influenciadas por um conjunto complexo de experiências históricas e contemporâneas.

A constituição desses esquemas cognitivos racializados é oriunda do legado social da escravidão e segregação sofrida pela população negra ao longo dos últimos séculos, somada a microagressões atuais, mensagens midiáticas, discursos familiares e vivências interpessoais de discriminação racial. Assim, quando a clínica se abstém de abordar o racismo, ignora um vetor central na formação do sofrimento emocional de crianças negras e, portanto, falha em corresponder aos princípios éticos que orientam a profissão (Steele & Newton, 2022).

A compreensão do racismo como violência estrutural e processo de internalização encontra desdobramentos importantes nas análises de Chaves (2006) sobre a formação de uma imagem psicológica inferiorizada do negro. A autora argumenta que práticas sociais de diferenciação e opressão não apenas classificam e subordinam pessoas negras, mas se reinventam continuamente, produzindo formas persistentes de inferiorização que se materializam nas desigualdades raciais mais duradouras.

Essa perspectiva dialoga diretamente com a clínica, pois evidencia que o sofrimento de crianças negras não pode ser compreendido desvinculado das estruturas simbólicas e materiais que organizam as posições de valor e desvalor na sociedade brasileira. Ao descrever mecanismos pelos quais

sujeitos negros aprendem a se aquietar, a se acomodar a posições desvantajosas ou a adotar comportamentos de submissão diante da desqualificação recorrente, Chaves (2006) aponta que a experiência cotidiana do racismo produz efeitos subjetivos que se consolidam em modos de ser, sentir e também nas aspirações de pessoas negras. Esses efeitos, por sua vez, se articulam aos esquemas cognitivos racializados discutidos anteriormente, reforçando crenças de inadequação e perpetuando ciclos de autodepreciação e impotência na infância e ao longo da vida.

O racismo atua ainda na autorregulação das aspirações de pessoas negras desde a infância. Um exemplo é a mobilidade social da população negra, comumente limitada por práticas discriminatórias abertas ou sutis, mas também pelos efeitos subjetivos que emergem da internalização de uma autoimagem desfavorável (Hasenbalg, 1979/2005). Crianças e adultos negros aprendem, ao longo de suas trajetórias, a ajustar suas expectativas e projetos de acordo com o que é socialmente imposto como "lugar apropriado" (Hasenbalg, 1979/2005, p. 209), para seu grupo racial, o que restringe horizontes de possibilidade e compromete o desenvolvimento de autonomia, agência e senso de competência. Na clínica, isso significa que manifestações de baixa autoestima, retraimento, medo de errar, hiperesforço compensatório ou evitação de desafios podem estar diretamente relacionadas a processos de autorregulação produzidos por contexto racializado (Steele & Newton, 2022).

A internalização do racismo, tal como discutida anteriormente, opera na intersecção entre processos socioculturais amplos e mecanismos cognitivo-emocionais individuais, afetando desenvolvimento psicológico de crianças negras. A literatura tem demonstrado que experiências repetidas de desvalorização racial, microagressões e mensagens sociais contraditórias favorecem a consolidação de crenças centrais negativas, que organizam interpretações de si e do mundo (Okazaki, 2009).

A internalização do racismo em crianças negras

manifesta-se, de forma particularmente aguda, no contexto escolar, onde expectativas docentes, práticas institucionais e representações curriculares operam como dispositivos cotidianos de produção e reprodução da hierarquia racial. A escola, ao privilegiar referências estéticas, culturais e históricas brancas como padrão normativo, produz um ambiente no qual crianças negras frequentemente experienciam desvalorização simbólica, baixa expectativa de desempenho e escassez de modelos positivos de identificação (Cavalleiro, 2001; Hooks, 2010). Nesse cenário, é frequente surgir esquemas cognitivos negativos — crenças centrais de inferioridade, inadequação ou "não-pertencimento" — que atuam como vulnerabilidades psicológicas. Para crianças, tais esquemas podem se cristalizar precocemente, influenciando autoestima, autoimagem e repertório de coping. A internalização dessas mensagens racistas cotidianas favorece a autodepreciação e desejo de branqueamento simbólico, dificultando o desenvolvimento de uma identidade racial positiva.

Esses efeitos não são apenas episódicos, mas cumulativos, e se integram aos esquemas cognitivos racializados descritos na literatura do desenvolvimento, contribuindo para padrões persistentes de insegurança, retraimento social, hipervigilância ou autodepreciação. Desse modo, compreender o racismo como uma variável clínica relevante significa reconhecer que ele participa diretamente da constituição subjetiva da criança, interferindo tanto em sua autoestima quanto em sua agência e senso de pertencimento (Okazaki, 2009, Steele & Newton, 2022).

O CONTEXTO RACIAL E HISTÓRICO DE SANTA CATARINA

Em Santa Catarina, a internalização do racismo adquire contornos específicos devido ao processo histórico de ocupação do estado, marcado por políticas explícitas de branqueamento e valorização simbólica da imigração europeia como eixo central da identidade catarinense. A normatividade branca foi consolidada pela ideologia da "Europa tropical", difundida desde o final do século XIX, que associou desenvolvimento, civilidade e progresso às

comunidades de colonos alemães, italianos e açorianos, e relegou populações negras a posições de invisibilidade social e apagamento histórico (De Boni, 1990, Seyferth, 1996). Esse imaginário hegemônico produz, até hoje, efeitos subjetivos importantes: a presença negra tende a ser percebida como residual ou não pertencente, o que amplia a probabilidade de crianças negras internalizarem mensagens de inadequação, inferioridade e não representatividade nos espaços públicos e institucionais. Compreender essas particularidades do contexto catarinense é fundamental para intervenções clínicas e psicossociais que busquem desconstruir crenças racializadas internalizadas, fortalecer identidades positivas e promover processos terapêuticos culturalmente sensíveis.

A TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL CULTURALMENTE ADAPTADA PARA CRIANÇAS NEGRAS: ATUANDO SOBRE O RACISMO INTERNALIZADO

Nesse contexto, a terapia cognitivo-comportamental (TCC) oferece enquadramento teórico e técnico capaz de contribuir de forma sistemática com a modificação de tais crenças e estratégias compensatórias ao compreender como elas se desenvolvem e se mantêm. A TCC é uma modalidade de psicoterapia desenvolvida por Aaron Beck nas décadas de 1960 e 1970 que tem por premissa central que a modificação de pensamentos automáticos e crenças disfuncionais produzem mudanças duradouras no modo de funcionamento integral da pessoa (Beck, 2022). Ao longo do tempo a TCC vem passando por diversas adaptações, incluindo a TCC culturalmente adaptada para pessoas negras (Steele e Newton, 2022; McKenzie, Khenti & Williams, 2024).

Steele e Newton (2022) destacam que a TCC, ao trabalhar com crenças centrais, intermediárias e padrões de comportamento, permite identificar como narrativas raciais internalizadas moldam expectativas, regulam aspirações e produzem ciclos de evitação, conformidade ou hiperesforço. Esses autores argumentam que intervenções culturalmente adaptadas são fundamentais para que o terapeuta consiga situar a lógica interna desses pensamentos e comportamentos em

ao contexto histórico e sociopolítico em que a criança negra está inserida. Assim, a conceitualização de caso deve necessariamente integrar história racial, experiências familiares, microagressões, discursos culturais e condições sociais, produzindo uma compreensão mais acurada da origem e da função dos esquemas racializados.

Para que esse processo seja efetivo, adaptações culturais específicas da TCC tornam-se essenciais. Steele e Newton (2022) enfatizam a importância de uma aliança terapêutica culturalmente responsiva, pautada pela disponibilidade explícita para discutir raça — prática conhecida como **broaching**¹ — e por uma postura de humildade cultural que reconhece assimetrias sociais presentes na relação clínica.

Essa abertura é compatível com achados de Okazaki (2009), que mostra que formas sutis de racismo, frequentemente deslegitimadas socialmente, produzem sofrimento psicológico substancial e são mais bem manejadas quando validadas explicitamente pelo terapeuta. Assim, a TCC adaptada busca não apenas modificar cognições disfuncionais, mas também validar o racismo como estressor real, oferecendo à criança espaço seguro para nomear experiências que podem ter sido anteriormente silenciadas.

As intervenções ultrapassam a modificação de pensamentos automáticos e passam a incluir metas ampliadas, como fortalecimento da identidade racial positiva, promoção de consciência racial crítica e desenvolvimento de habilidades de enfrentamento diante de microagressões (McKenzie, Khenti & Williams, 2024). Tais objetivos podem ser alcançados por meio de estratégias como psicoeducação sobre racismo internalizado, reestruturação cognitiva contextualizada, exploração da história racial familiar, técnicas de flexibilização cognitiva, práticas de **mindfulness**² e afirmações culturalmente significativas, conforme sugerido por Steele e Newton (2022).

¹A tradução literal do termo **broaching** seria "brochamento"; optou-se por manter o termo original em inglês pela dificuldade de encontrar sentido no termo correspondente em português.

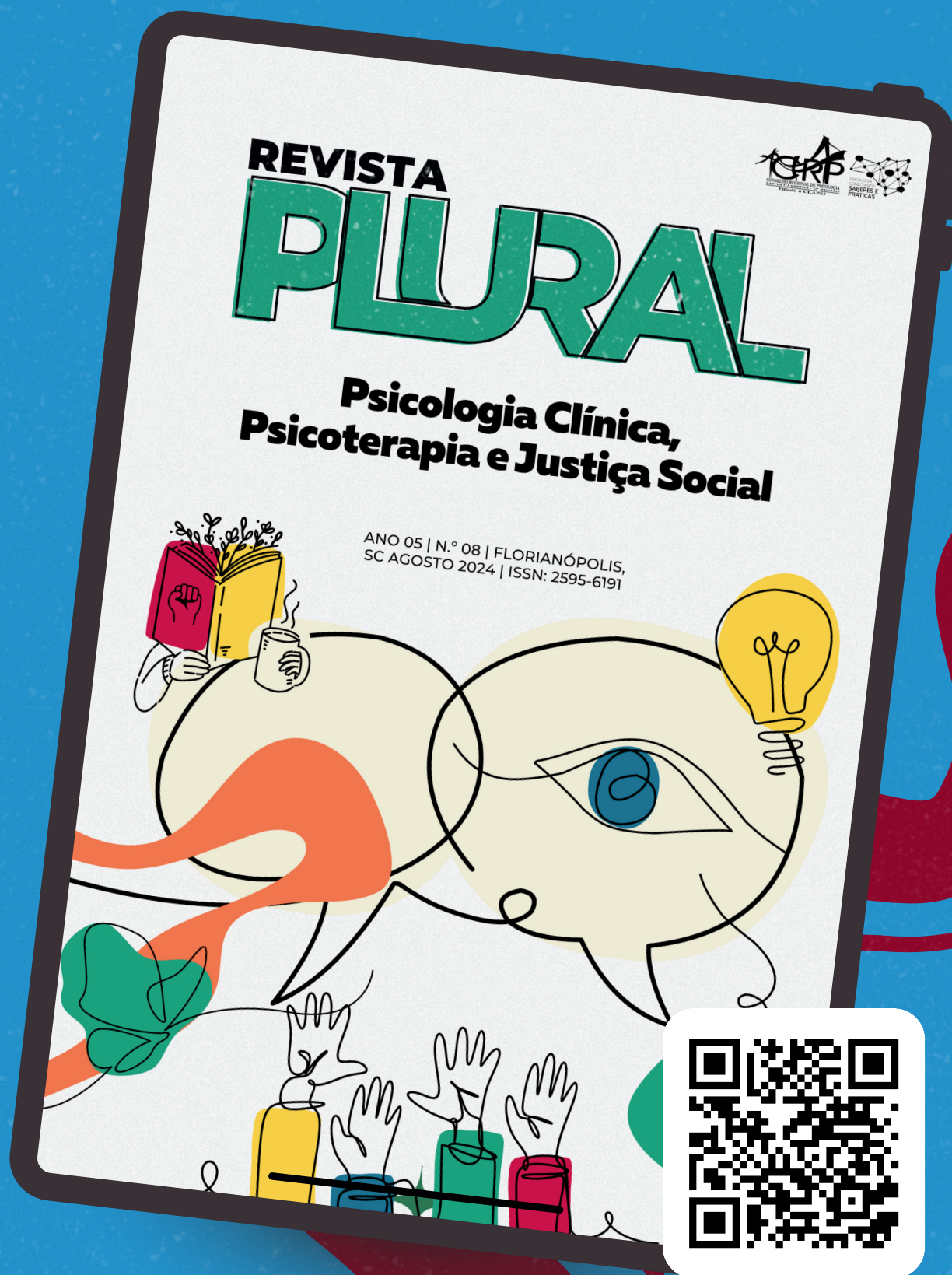
²Conceito de "mente plena" que vem sendo utilizado no Brasil em sua forma original em inglês.

Em Santa Catarina, as relações raciais têm particularidades históricas e estruturais que agravam esse processo de internalização. A formação demográfica do estado foi pautada pela política de colonização implementada no período imperial, que direcionou fluxos migratórios europeus com clara marca ideológica de valorização da branquitude como elemento central da identidade regional, contribuindo para invisibilização histórica da população negra, apagamento de suas trajetórias e imposição de uma normatividade branca como paradigma cultural e a negritude como desvio. Finalmente, é importante reconhecer que, em Santa Catarina, o legado histórico da colonização, o apagamento institucional da população negra, o perfil demográfico majoritariamente branco/pardo e as desigualdades socioeconômicas estruturais criam um contexto onde o racismo institucional e simbólico são particularmente agudos — o que torna ainda mais urgente que intervenções psicológicas (como a TCC) sejam culturalmente sensíveis e tecnicamente adaptadas.

REFERÊNCIAS

- CAVALLEIRO, Eliane dos S. Do silêncio do lar ao silêncio escolar. São Paulo: Contexto, 2001.
- CHAVES, Evenice S. O racismo na trajetória escolar e profissional de professoras universitárias. 2006. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa do Comportamento) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2006. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/1787>. Acesso em: 9 jan. 2026.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de ética profissional do psicólogo: Resolução CFP nº 010/2005. Brasília, DF: CFP, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2026.
- DE BONI, Luis Alberto. A presença alemã no Brasil. Porto Alegre: EST, 1990.
- HASENBALG, Carlos. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- HOOKS, bell. Olhares negros: raça e representação. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.
- MAGGI, Alice. Vulnerabilidade e proteção: a prática e a pesquisa em psicologia. Conjectura: filosofia e educação, Caxias do Sul, v. 14, n. 1, 2009.
- MCKENZIE, K.; KHENTI, A.; WILLIAMS, N. Culturally Adapted Cognitive Behavioural Therapy (CA-CBT) for Black Populations: a manual for mental health practitioners. Toronto: Centre for Addiction and Mental Health (CAMH), 2024.
- OKAZAKI, S. Impact of Racism on Ethnic Minority Mental Health. Perspectives on Psychological Science, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 103-107, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1745-6924.2009.01099.x>. Acesso em: 9 jan. 2026.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Carta de Ottawa para promoção da saúde. Ottawa: OMS, 1986. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/documentos/cartaottawa-a-promocao-saude>. Acesso em: 9 jan. 2026.
- SCOTT, Juliano B. et al. O conceito de vulnerabilidade social no âmbito da psicologia no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 600-615, 2018. DOI: <https://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2018v24n2p600-615>. Acesso em: 9 jan. 2026.
- SEYFERTH, Giralda. A construção da identidade teuto-brasileira. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 11, n. 32, 1996.
- STEELE, J. M.; NEWTON, C. S. Culturally adapted cognitive behavioral therapy as a model to address internalized racism among African American clients. Journal of Mental Health Counseling, [S. l.], v. 44, n. 2, p. 98-116, 2022. DOI: <https://doi.org/10.17744/mehc.44.2.01>. Acesso em: 9 jan. 2026.
- UNESCO. Declaração universal sobre bioética e direitos humanos. Paris: UNESCO, 2005. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000146180>. Acesso em: 9 jan. 2026.

**Leia outras edições
da Revista Plural:**



ANO 05 | N.º 08 | FLORIANÓPOLIS,
SC AGOSTO 2024 | ISSN: 2595-6191



Veja o Caderno de Elaboração de Documentos

ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS PSICOLÓGICOS

Orientações sobre a Resolução
CFP Nº 006/2019

Comissão de Orientação e Fiscalização
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 12ª REGIÃO
1ª Edição - AGOSTO/2019



Fale com o CRP-12!

Com objetivo de fortalecer a Psicologia catarinense e descentralizar e otimizar processos, o Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina — Região (CRP-12) conta com unidades de atendimento nas cidades de Florianópolis (sede), Joinville (Subsede Norte), Criciúma (Subsede Sul) e Chapecó (Subsede Oeste).

Sede Florianópolis

WhatsApp: +55 48 99962-3471 (Envie apenas texto. Não recebe ligações, videochamadas, áudios ou vídeos)
Telefone geral: (48) 3244-4826

Subsede Oeste

E-mail: secretaria@crpsc.org.br
Telefone: (48) 3244-4826 – ramal 131

Subsede Sul

E-mail: secretaria@crpsc.org.br
WhatsApp: +55 48 2102-7091 (Envie apenas texto. Não recebe ligações, videochamadas, áudios ou vídeos)
Telefone: (48) 3244-4826 – ramal 130

Subsede Norte

E-mail: secretaria@crpsc.org.br
WhatsApp: +55 (47) 3202-7421 (Envie apenas texto. Não recebe ligações, videochamadas, áudios ou vídeos)
Telefone: (48) 3244-4826 – ramal 140

FALE DIRETAMENTE COM OS SETORES!

Secretarias

Inscrição de Pessoa Física

E-mail: secretaria@crpsc.org.br
WhatsApp: +55 48 99962-3471
Telefone: (48) 3244-4826 / ramais: 111

Inscrição de Pessoa Jurídica

E-mail: secretaria@crpsc.org.br
WhatsApp: +55 48 2102-7091
Telefone: (48) 3244-4826 / ramal 130

Carteira de Identidade Profissional (CIP)

E-mail: carteira@crpsc.org.br
Telefone: (48) 3244-4826 / ramal: 135

Financeiro (Anuidade e 2ª via de boleto):

Solicitação de boletos referentes à anuidade deste ano.
E-mail: anuidade@crpsc.org.br

Solicitação de boletos referente à(s) anuidade(s) anterior(es)

E-mail: anuidade@crpsc.org.br
Telefone: (48) 3244-4826 / ramal: 107

Dívida Ativa Administrativa

E-mail: dividaativa@crpsc.org.br
Telefone: (48) 3244-4826 / ramal: 108

Dívida Ativa Executiva

E-mail: juridico@crpsc.org.br
Telefone: (48) 3244-4826 / ramal: 115

Título de Especialista

E-mail: apoiotecnico@crpsc.org.br
Telefone: (48) 3244-4826 / ramal: 114 ou
(48) 99985-0353

Processo Disciplinar Ético

E-mail: processoetico@crpsc.org.br
Telefone: (48) 3244-4826 / ramal: 118

Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP)

E-mail: crepop@crpsc.org.br
Telefone: (48) 3244-4826 / ramal: 119

Acesse nosso site:



 (48) 3244-4826



 site.crpsc.org.br



Conselho
Federal de
Psicologia